



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

JOANI DE MÉLO MUNIZ

**MÃES DE SURDOS:**

Concepções em torno da pessoa surda e suas implicações para  
aquisição/aprendizagem da língua de sinais

---

JOÃO PESSOA/PB

2016

JOANI DE MÉLO MUNIZ

**MÃES DE SURDOS:**

Concepções em torno da pessoa surda e suas implicações para  
aquisição/aprendizagem da língua de sinais

Trabalho submetido à banca de defesa, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Dorziat Barbosa de Mélo

JOÃO PESSOA/PB

2016

M966m    Muniz, Joani de Mélo.

Mães de surdos: concepções em torno da pessoa surda e suas implicações para aquisição/aprendizagem da língua de sinais / Joani de Mélo Muniz.- João Pessoa, 2016.

84f.

Orientadora: Ana Dorziat Barbosa de Mélo

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação especial. 2. Mães de surdo. 3. Concepções sobre o ser surdo. 4. Deficiência e diferença. 5. Aprendizagem - língua de sinais.

UFPB/BC

CDU: 376.42(043)

JOANI DE MÉLO MUNIZ

**MÃES DE SURDOS:**

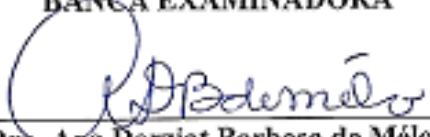
Concepções em torno da pessoa surda e suas implicações para  
aquisição/aprendizagem da língua de sinais

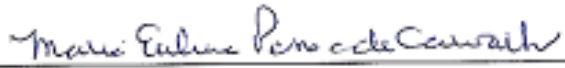
Trabalho submetido à banca de defesa, do Programa  
de Pós-Graduação em Educação da Universidade  
Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do  
título de Mestre em Educação.

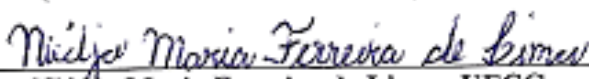
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Dorziat Barbosa de Melo

Dissertação aprovada em 29 / 02 /2016, para obtenção do título de Mestre em  
Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ana Dorziat Barbosa de Melo - UFPB  
(Orientadora – Titular - Presidente da Banca)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB  
(Examinadora Interna – Titular)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Níedja Maria Ferreira de Lima - UFCG  
(Examinadora Externa – Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica - UFPB  
(Examinador Suplente)

*“Ser livre é conseguir flutuar entre a diversidade e a multiplicidade, sem perder a própria identidade”.*

Dimos Ilksilara

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço às mãos estendidas** que sempre me alcançaram no decorrer desse processo. Cada uma a seu modo contribuiu para a concretização de mais esse sonho:

**A minha orientadora Ana Dorziat**, que muito me ensinou sobre a responsabilidade de estar na academia e sobre a complexidade de construir esse emaranhado de ideias;

**Aos professores Fernando Andrade, Maria Eulina e Ricardo Lucena**, que, com suas discussões em sala de aula, me fizeram vislumbrar horizontes teóricos enriquecedores que se encontram aqui impressos;

**A toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Educação** da Universidade Federal da Paraíba, em especial ao coordenador e vice-coordenadora **Severino Silva** e **Aline Machado** e aos secretário e secretária **Samuel** e **Juliana**, que sempre se fizeram solícitos;

À banca examinadora na figura das professoras **Maria Eulina e Niédja Maria** e do professor **Matheus da Cruz**, por terem aceitos contribuir em meu trabalho e também participar desse momento tão importante em minha vida;

**Aos meus amigos de mestrado e orientação Filippe Paulino**, que com seu amadurecimento teórico sempre me fez refletir e **Francisco das Chagas**, que, além das reflexões, me faz dar boas gargalhadas;

**A toda equipe da unidade escolar**, principalmente a minha amiga **Lourdes Bezerra**, que sempre muito disposta e, torcendo pelo meu sucesso, buscou me ajudar em tudo que precisei;

**As mães participantes de minha pesquisa e aos seus filhos e filhas Surdos**. Agradeço pelo acolhimento em suas casas e, muitas vezes, em seus corações; pelo zelo comigo, por me inspirarem e me fazerem acreditar que um mundo melhor é possível;

**Ao grupo de extensão Teatro Pedagógico Boiúna Luna**, representado na figura de meu querido **Osvaldo Anzolin**. A leveza dos nossos encontros foram o alívio para o meu cansaço nessa árdua caminhada;

**À professora Deborah Cabral, a amiga Jackeline Lira e ao amigo Sérgio Pessoa**, que ainda na graduação começaram a sonhar esse sonho comigo. Eles são mais que importantes, são fundamentais;

**Aos amigos e amigas Felipe Lira, Juliana Costa, Mariana Petite, Patrícia Mendonça, Vilma Francelino e Werverton Diniz**, que a todo momento me fizeram acreditar que tudo terminaria bem. Não há amigos mais fieis e verdadeiros;

**Ao meu amigo-irmão Joeliton Sousa**, que sempre foi luz e tranquilidade nesse caminhar. Não tenho como agradecer a verdade que ele me traz;

**À Rayssa Maria**, essa menina-mulher, forte e esforçada, que desde que esse sonho era só sonho já sonhava comigo, e num sistema de trocas nos ajudamos a chegar onde estamos. Ela está aqui, aqui tem muito dela, e eu serei eternamente grata por tanta dedicação empreendida a mim. Mesmo com tantas responsabilidades, nunca se negou em contribuir, isso é raro;

**A minhas irmãs Ana, Estela, Márcia e Juliana e ao meu amado irmão Joeliton (*in memorian*)**, quero dizer que, mesmo longe, elas são meu elo forte. É lindo vê-las se enchendo de orgulho ao dizerem que eu sou a caçulinha mais arretada que há. Elas também me orgulham pelas diversas lutas que venceram...

**Aos meus pais, na fé, Wanderlei Brant (*in memorian*), e no sangue e na raça, Severino Gonçalves (*in memorian*)**. A eles que estiveram tão pertinho de ver esse sonho realizado, que cada um, ao seu jeito, me ensinou a lutar pelo que eu quero... os passos dessa vida se fizeram cansados, eu sei, e eles precisaram partir, me deixando com o vazio do abraço, do conselho da risada, mas imensamente acalentada por saber que se orgulhavam de mim, e que estariam felizes com o subir de mais um degrau. A ausência deles nesse momento ainda é dor;

**A minha amada mãe, Josefa de Melo**, mulher guerreira, forte, que tem a vida dedicada as suas filhas e há tantos outros que acolhe, que me faz perceber que a paz interior é a maior riqueza que podemos ter. Minha Nanã, que quando olha para mim ainda me vê pequena... que sabe das minhas dores e das minhas alegrias e tem sempre uma palavra que me fortalece. Ela é uma rocha na qual me firmo e, ao mesmo tempo, o travesseiro no qual descanso. Para mãe, agradecer é pouco;

**Ao meu Johnny**, meu preto, marido exemplar, dedicado, paciente e orgulhoso. Preciso agradecer pelas renúncias que ele tem feito para vivenciar comigo os meus sonhos, por me ajudar em todos os sentidos, por ser meu divã quando preciso, me entender quando nem mesmo eu entendo mais... Essa conquista de fato é nossa! Ele é o melhor companheiro;

**Ao meu Deus**, que me inspira, me fortalece e ajuda! Tudo é Dele, por Ele e para Ele... Ele preenche todos os espaços vazios em mim.

A essas mães que enfrentam junto aos seus filhos e filhas, com muita criatividade e, acima de tudo, garra e fé, os obstáculos sociais do desrespeito aos diferentes... Essas tantas que se fazem fortes e se reinventam enquanto mães de Surdos e Surdas, e deixam sobressaltar aos seus olhos lágrimas de orgulho. E aos companheiros teóricos que encontram nessas mães a inspiração de suas discussões e, assim, nos levam a refletir e mudar.



## RESUMO

O presente estudo, configurado como dissertação de mestrado, apresenta uma pesquisa qualitativa de viés etnográfico. Buscamos problematizar as concepções em torno das pessoas Surdas, construídas em contextos sociais diferentes e proferidas por mães de crianças Surdas. Analisamos como tais concepções influenciam na forma como as mães lidam cotidianamente com seus filhos e filhas Surdas, bem como fazem relação com o processo de aquisição/aprendizagem da língua de sinais. O estudo está organizado em três capítulos, sendo o primeiro introdutório, no qual tratamos dos apontamentos fundamentais que fizeram emergir o interesse pela pesquisa; no segundo capítulo, apresentamos a perspectiva metodológica; e, no terceiro e último, encontra-se uma discussão teórica analítica em torno das pretensões desse estudo. As discussões sobre as concepções de Deficiência e Diferença são articuladas com autores dos Estudos Culturais da Educação e dos Estudos Surdos, a exemplo de Goldfeld (1997), Silva (2000), Skliar (1997, 2005), Perlin (2003), Ladd (2005), Sá (2006), Santana (2007), Lopes (2011), entre outros. Os dados mostraram que o discurso da condição Surda no aspecto da anormalidade ainda é muito considerado nas concepções das mães, embora já surjam narrativas que consideram os Surdos no seu aspecto cultural diferenciado, o que revela uma mudança não só no caráter do discurso, mas principalmente na prática das relações cotidianas entre mães e filhos e filhas Surdas.

**Palavras-chave:** Mães de Surdos; Concepções sobre o ser Surdo; Deficiência e Diferença.

## ABSTRACT

The present study is a master dissertation that presents an ethnographic qualitative study. We investigate, question and analyze the conceptions about deaf people, built in different social contexts and uttered by mothers of deaf kids. We analyze how those conceptions influence the way in which mothers work daily with their deaf children, and are related to the process of acquisition/learning of sign language. The study is organized in three chapters. The first one is introductory, where I work the fundamental appointments of which emerged the interest in researching them, in the second chapter we present the methodological perspective and in the last one we present an analytical theoretical discussion around the objectives of this study. Discussion about the conceptions of deficiency and difference are articulated based on authors of Cultural Studies of Education and Deaf Studies, such as Goldfeld (1997), Silva (2000), Skliar (1997, 2005), Perlin (2003), Ladd (2005), Sa (2006), Santana (2007), Lopes (2011), among others. The categories of identity and difference are the pillars of discussion, of sign languages. The data show that the abnormality of deaf condition is still predominant in mother's conceptions, although there are already conceptions that regard deaf people in a differentiated cultural aspect, which shows a change not only in the characteristics of discourse, but mainly in the practice of everyday relations between mothers and sons and daughters.

**Keywords:** Deaf Mothers; conceptions about being Deaf; Deficiency and Difference.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO I -</b> Nomes fictícios das mães e dos filhos e das filhas Surdos/as.....	22
<b>QUADRO II –</b> Síntese do perfil sócio demográfico das mães.....	23

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O CAMINHO DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1 Situando a Pesquisa .....	17
2.1.1 Etnografia na Pesquisa Qualitativa.....	19
2.2 Os sujeitos da Pesquisa .....	22
2.3 Campo da pesquisa .....	25
2.4 Sobre a investigação.....	26
2.5 Organização e Análise dos Dados.....	28
3. SER SURDO: DEFICIÊNCIA OU DIFERENÇA? O QUE PENSAM AS MÃES?.....	30
3.1 Concepções em torno da Pessoa Surda .....	31
3.1.1 Surdez: Uma Deficiência .....	33
3.1.2 Condição Surda – Uma Diferença.....	36
3.2 Análise das Categorias Deficiência e Diferença envolvendo os Surdos .....	41
3.3 Como as Mães Enxergam a Libras? .....	47
3.4 Conceito de Identidade e Diferença da Pessoa Surda nos Estudos Culturais da Educação.....	48
3.5 Dialogando com os Conceitos Identidade e Diferença dos Estudos Culturais e com as Concepções de Deficiência e Diferença da Ótica Clínica .....	52
3.6 Defendendo a Importância da Concepção Sócio-Antropológica de Pessoa Surda .....	58
3.6.1 A Condição Surda sob a Ótica Eliasiana: Ilustrando a defensiva.....	58
3.6.2 Um posicionamento nada parcial .....	64
4. CONSIDERAÇÕES LONGE DE SEREM FINAIS .....	69
REFERÊNCIAS .....	72
APÊNDICES .....	77
ANEXOS .....	81

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática foi se delineando quando era graduanda do curso de Pedagogia. A princípio, no espaço amplo das discussões sobre os temas e embates que envolvem a educação inclusiva, pensar nas pessoas Surdas em contextos escolares me causava certa estranheza, haja vista que não existia nenhuma vivência prévia com elas.

Com minhas inquietações e dúvidas surgindo em torno da educação de Surdos, coincidentemente ou não, passei a estagiar na escola que se constituiu, também, campo desta pesquisa. Durante os sete meses de estágio, percebi que as crianças Surdas chegavam à escola sem conhecimento de língua alguma e, em muitos casos, a escola se constituía como o primeiro espaço de convívio social, depois da família. Isso fez com que minhas inquietações e dúvidas aumentassem.

Comecei a me preocupar em como as famílias recebiam o diagnóstico da condição surda de seus filhos e filhas; como elas eram tratadas em seus ambientes familiares; quais outros acompanhamentos, fora a escola, os pais procuravam; qual tipo de escola os pais procuravam para os filhos e filhas, entre outras inquietações. A partir de então, pensar a pessoa Surda não estava dissociado de pensar também suas famílias.

Após o término do estágio e ainda na graduação, fui convidada a trabalhar na escola. A partir de então, decidi aprender a língua de sinais. Busquei na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD esse aprendizado e, mais uma vez, as famílias dos Surdos me chamavam à atenção. Na FUNAD, percebi que muitas eram as mães que ali buscavam o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais - Libras, para elas e para seus filhos e filhas Surdas, como também o aprimoramento da língua oral, por meio de treinamentos fonoaudiológicos.

Com o passar do tempo, conheci Surdos adolescentes e adultos e percebi que era recorrente em suas histórias de vida situações, como: tentativas de oralização, adoção de aparelho auditivo e implante coclear. Todos esses fatores eram ocasionados pela não aceitação da condição Surda da criança. Raramente, tive conhecimento de algum Surdo que contasse uma história de aceitação e aprendizado da língua de sinais pelos familiares.

Acredito que foi a partir de então que as concepções dos familiares sobre o tema e suas formas de lidar com a pessoa Surda e com a língua de sinais foram sendo alvo de minha curiosidade investigativa.

Iniciei esse percurso, discutindo e analisando, no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, como as famílias contribuíam para o processo de aquisição da língua de sinais dos filhos e filhas Surdas. Na ocasião, os sujeitos da pesquisa foram mães, avós e irmãs de alunos e alunas Surdas da instituição de ensino na qual trabalhava – algumas foram também sujeitos do presente estudo. Foi na construção do TCC que percebi o quanto os conhecimentos teóricos poderiam me ajudar na compreensão dos fenômenos socioculturais que circunscreviam a temática da condição Surda.

Assim, logo que conclui o curso de Pedagogia, me interessei em fazer o mestrado e, como não poderia ser diferente, o povo Surdo voltou a ser o tema gerador de meus estudos.

A essa possibilidade de aprofundamento foi acrescido o tema da inclusão, decorrente de minhas participações nas discussões sobre “deficiência e inclusão”. Incomodava-me notar que essas discussões implicavam, em geral, pensar sobre as pessoas com deficiência a partir de suas dificuldades. As potencialidades dessas pessoas eram deixadas para segundo plano, bem como o seu desenvolvimento enquanto sujeitos nas relações que envolviam as famílias.

Meu foco na família era decorrente do entendimento de que a família deve ser a base principal na formação da pessoa, sendo seu dever cuidar, apoiar, proteger e propiciar meios favoráveis para seu desenvolvimento. Esse entendimento era coerente com as afirmações de Gomes (1994), para quem as famílias constituem-se agentes primários de socialização, com regras que conduzem o seu funcionamento. Considero que é no âmbito familiar que as crianças devem desenvolver aspectos afetivos, emocionais, cognitivos e intersociais, que contribuirão no modo como estas se situam e irão interagir no meio em que vivem.

Neste sentido, cabe à família oferecer cuidados acompanhados de estratégias que, para Motta et al. (2003), favoreçam o desenvolvimento da criança. É a qualidade dos ambientes familiares que vai determinar como as crianças vão se relacionar com elas mesmas e com as outras pessoas no convívio social. Ainda segundo Motta et al. (2003), a qualidade dos ambientes familiares permitirá, ou não, às crianças desenvolverem laços de afeto, amor e segurança entre seus membros, o que contribuirá com sua formação psíquica.

Considerarei ainda que esse mesmo processo se dá também com as crianças Surdas, porém com uma particularidade: ele está fortemente agregado a relação estabelecida em língua de sinais, no Brasil, à Língua Brasileira de Sinais. Essa afirmação decorre da percepção das muitas privações sofridas pelos Surdos e Surdas, quando, no seio familiar, o uso da língua de sinais não acontece.

A negação da Libras, pelos familiares, pode representar, num primeiro momento, a negação da própria constituição Surda da criança e da resistência em operar mudanças em seu seio, pois “uma família que se defronta com o fato de um de seus membros nascer deficiente opera uma drástica mudança em sua dinâmica e uma redefinição de papéis, atitudes e valores” (BUSCAGLIA, 1993, p. 104). As experiências vividas pelos familiares das pessoas com fortes marcas de diferença, assim como é a deficiência, despertam sentimentos e conflitos que, por vezes, distanciam os genitores de seus filhos.

Segundo Godfeld (1997) mais de 90% dos surdos têm família ouvinte e, por não se tratar de uma característica aparente, perceptível, a surdez é diagnosticada tardiamente. Isso acarreta um atraso linguístico, haja vista que se perde o período crítico para a aquisição da linguagem (de zero a três anos), período este em que o cérebro se desenvolve plenamente. Fernandes (1996) afirma que, quando a criança não recebe estímulos linguísticos adequados para a aquisição da linguagem nesse período crítico, pode haver danos cognitivos que, após os doze anos de idade, são irreparáveis.

Ao estudar a reação familiar frente à notícia do nascimento de uma criança com deficiência, Almeida (1993) constatou que a família passa por um processo de adequação que inclui algumas fases: negação, negociação, raiva, depressão e aceitação.

O entendimento sobre esse processo é importante, já que, para Guarinello (2000), a família é o melhor lugar para iniciar o atendimento aos Surdos. A autora destaca a importância da preparação e conscientização dos pais e mães quanto ao aproveitamento máximo das oportunidades de interação ocorridas no ambiente familiar, constituindo-as em cooperadoras fundamentais no desenvolvimento das crianças Surdas.

Na mesma direção de pensamento, Castro (1999) afirma que, para que a criança Surda tenha uma boa formação, é necessário que os pais e as mães participem efetivamente da sua vida, sendo o apoio familiar o caminho que conduz a sua socialização, seu entendimento de mundo e auto-imagem.

Quando a pessoa surda é tomada como aquela que não ouve o necessário para acionar informações da maneira mais comum, ou seja, de forma oral-auditiva, originando uma identidade linguística e cultural própria, como define Sacks (1998), o processo em direção à aprendizagem da Libras é natural. Nas famílias, isso não costuma acontecer por todos os membros. Geralmente são as mães que se interessam em conhecer a Libras e se comunicar melhor com seus filhos (OLIVEIRA et al., 2004; DIAS, 2005).

Em um estudo realizado com mães de crianças Surdas (DIAS, 2005), foi constatado que diversas são as dificuldades enfrentadas por elas, quase sempre associadas à barreira linguística que as impede de compreenderem plenamente seus filhos.

Essas situações mostram que a inserção da pessoa Surda na sociedade pode encontrar obstáculos e variam de família para família. Waidman (2004) reforça que as pessoas são dotadas de particularidades, de maneira que cada indivíduo se constitui de sentimentos, experiências, condições financeiras, culturas e crenças diferenciadas, o que permite o entendimento de que, mesmo diante de dificuldades ou problemas semelhantes, diferentes serão as reações dos indivíduos.

Entretanto, nesse emaranhado de diferenças intra e interpessoais, há uma semelhança que particulariza as pessoas Surdas que é importante para o seu desenvolvimento: a Libras. É ela que permite a interação, integração, socialização, convivência e participação dessas pessoas, e era para ser, inicialmente, na família que todas essas experiências deveriam acontecer.

Por isso, é essencial que as crianças Surdas estabeleçam com a família suas primeiras interações linguísticas, para poderem ampliá-las, posteriormente, em outros contextos sociais. Oliveira et al. (2004) e Lora (1984) observam que, ao priorizar a permanência da criança Surda em casa, muitas famílias limitam seus contatos sociais, restringindo sua participação em ações comunitárias.

Essas situações são produzidas, muitas vezes, pelas dificuldades de a criança Surda estabelecer comunicação com seu entorno. Por isso, Castro (1999) alerta para a importância de as famílias aprenderem a língua de sinais, a fim de diminuir suas ansiedades com relação à inquietação gerada pela falta de comunicação. Para esse autor, em famílias que adotam uma nova postura linguística, os filhos e filhas Surdas superam as expectativas em todos os setores.

Dias et al. (2005) concordam com isso, ao ressaltarem que é por meio da Libras e das interações sociais que serão garantidas práticas comunicativas que favorecem o pleno desenvolvimento linguístico, cognitivo e emocional das crianças Surdas e, conseqüentemente, sua inclusão social.

Esses argumentos serviram de base para o delineamento desta pesquisa, que teve como objetivo principal: *Analisar as concepções sobre a condição Surda, entendida pelas mães e sua relação com o processo de aprendizagem da Libras para a comunicação familiar.* Os objetivos específicos foram: analisar as concepções de pessoa Surda proferidas por mães



de crianças Surdas; identificar as formas de interações linguísticas estabelecidas entre as famílias e as crianças Surdas; relacionar a maneira como as mães lidam com os/as filhos/as Surdos/as às concepções de pessoa Surda proferidas por elas.

A discussão está pautada no território das pesquisas sobre o ser Surdo, apontadas pelos Estudos Surdos, circunscritos no campo dos Estudos Culturais da Educação.

Início a discussão desenhando o caminho metodológico percorrido na pesquisa. Busquei descrever, de forma breve, como os momentos do estudo se concretizaram, sob uma vertente qualitativa de viés etnográfico.

Em seguida, procurei realizar as discussões teóricas-analíticas, tratando sobre concepções da condição Surda e da língua de sinais. Os autores que subsidiam a discussão conversam diretamente com as falas das entrevistadas e as vivências obtidas nos momentos das observações em campo – eis aí o sentido teórico-analítico.

A partir das categorias *deficiência* e *diferença*, foram levantadas as concepções apontadas pelas mães entrevistadas nesta pesquisa. Estas concepções indicam as formas de tratamento das famílias em relação às filhas e filhos Surdos, como interagem com eles, quais instituições procuram e consideram eficazes para o auxílio e desenvolvimento dos filhos Surdos e filhas Surdas e qual a importância atribuída à língua de sinais na comunicação entre a família, os/as Surdos/as e, conseqüentemente, os demais participantes dos contextos sociais.

Norteadas por toda experiência já descrita, bem como as considerações teóricas destacadas, estruturei e apresento este trabalho científico nomeado como dissertação de mestrado, na esperança de que a discussão aqui feita sirva para fertilizar novas inquietações que permeiam o campo dos Estudos Surdos e portanto o campo dos Estudos Culturais da Educação, contribuindo para o realizar de novas práticas do convívio familiar, principalmente de cunho educativo e social.

## **2. O CAMINHO DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Aqui se encontra o desenvolvimento da pesquisa, com foco na abordagem metodológica que a fundamenta, a caracterização do campo da pesquisa, os sujeitos participantes, os instrumentos utilizados na investigação e ainda as etapas vivenciadas que levaram à organização e análise dos dados.

### **2.1 Situando a Pesquisa**

A construção do referencial teórico-metodológico se deu, sobretudo, a partir dos estudos desenvolvidos no campo da educação de Surdos em articulação com as contribuições trazidas pela pedagogia, psicologia, antropologia e sociologia sobre a natureza da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa, *a priori*, é vista aqui como uma forma de compreender os fenômenos da educação dos Surdos, tendo como base as concepções familiares sobre a pessoa Surda, expressadas pelas mães, sem desconsiderar os múltiplos fatores que contribuem na constituição dos diversos saberes e sujeitos, ou seja, a construção dessas concepções e dos sujeitos Surdos e, ainda, a significância da língua de sinais para elas no processo de inclusão social dos filhos Surdos e filhas Surdas.

De acordo com Minayo (1996, p. 21 e 22), uma pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como aquela que permite a valorização do “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Assim, a tarefa da pesquisadora qualitativa consiste em interpretar as situações do mundo real, ou seja, as experiências de vida dos seres humanos.

González Rey (2005) afirma que a pesquisa qualitativa é construída a partir da interação entre o pesquisador, os sujeitos de pesquisa e as informações obtidas no decorrer do processo. O autor menciona o diálogo como uma estratégia pertinente, sendo “a melhor forma de ganhar a confiança na relação com os participantes” (GONZÁLES REY, 2005, p. 85). Pensando assim, foram estabelecidas, nesta pesquisa, situações de diálogo, com o intuito de

levar os sujeitos a sentirem a necessidade de participar, apontando aspectos subjetivos e motivacionais não explícitos, ou mesmo inconscientes, de maneira espontânea.

Os momentos de diálogo foram operacionalizados, a princípio, de maneira informal, haja vista a proximidade e vivência já existente entre as mães pesquisadas e a pesquisadora. Essas conversas informais se constituíram como de extrema importância para o processo de construção de uma relação de confiança, servindo como base sólida na aplicação do roteiro de entrevista.

Lüdke e André (1986) auxiliaram no entendimento do que é pesquisa qualitativa, resgatando algumas características básicas da mesma, como as construídas por Bogdan e Biklen (2010). Em suma, podemos<sup>1</sup> dizer que a pesquisa qualitativa se resume nos seguintes princípios:

1. O ambiente natural constitui-se como a fonte direta para a coleta de dados. Nesta pesquisa, a escola e a casa das mães se constituíram como o ambiente natural, tendo em vista que estes não eram desconhecidos nem da pesquisadora nem tampouco das participantes.
2. Pesquisador como principal instrumento da pesquisa. A pesquisadora foi um importante instrumento na medida em que fez parte do processo de pesquisa, desde o estabelecimento das relações com as mães participantes, como nas observações no campo e interpretações dos dados.
3. Os dados coletados são em sua maioria descritivos. A descrição de todos os dados foi realizada, na busca de permitir ao leitor fazer as articulações entre eles e o referencial teórico abordado.
4. O processo é sempre mais importante que o produto. O processo que envolveu toda a pesquisa foi o grande norteador para a obtenção do produto apresentado, tendo em vista que o mesmo requereu relação de confiança e convivência entre as partes envolvidas.
5. Os significados atribuídos pelos sujeitos investigados aos objetos de interesse da pesquisa são frutos da atenção e reflexão do pesquisador. Nesta pesquisa, todos os resultados obtidos foram frutos do foco estabelecido, decorrente do objetivo estipulado, tanto no momento das idas ao campo, quanto no da elaboração do roteiro de entrevistas, nas transcrições e descrições dos dados em articulação com o referencial teórico.

---

<sup>1</sup> Considerando que a partir daqui deixo de me referir tão somente as minhas impressões e construções analíticas, esclareço que passo a escrever na primeira pessoa do plural, haja vista que não sou só eu quem fala agora. A conversa também inclui autores essenciais que, junto comigo e as mães entrevistadas e a professora orientadora deste trabalho, construíram as narrativas apresentadas.

6. A pesquisa é indutiva, portanto, não requer, *a priori*, uma preocupação em buscar a comprovação de hipóteses pré-definidas. Embora a pesquisa partisse de algumas hipóteses, como a importância da língua de sinais e da relação familiar para os Surdos, não havia um direcionamento no sentido de comprovação, permitindo que os dados assumissem centralidade no estudo.

7. O processo da pesquisa constitui-se também como momento de reelaboração e refinamento dos focos de interesse. Todo o processo da pesquisa levou a situações de reconstrução dos focos de interesse da pesquisa, haja vista que era preciso considerar o que o contexto pesquisado apresentava para atingir os objetivos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa requer uma variedade de técnicas que auxiliam na apreensão e interpretação dos significados que habitam o ambiente investigado. Isso significa dizer que ela pode considerar os aspectos quantitativos, conforme alerta André (2008). Para ela, os aspectos quantitativos e qualitativos dos dados coletados estão correlacionados, e estes são observados e referenciados a partir do valor que o pesquisador atribui a cada um deles.

Nesse sentido, a validação e fidedignidade da pesquisa de cunho qualitativo podem ser alcançadas por meio dos procedimentos de registro que devem ser buscados, combinados e criados pelo pesquisador. A exemplo desses procedimentos, esta pesquisa fez uso de observações e entrevistas. Nesse viés, Lüdke e André (1986) colocam que é fundamental perceber que:

[...] o pesquisador deve estar sempre atento à acuidade e veracidade das informações que vai obtendo, ou melhor, construindo. Que ele coloque nessa construção toda a sua inteligência, habilidade técnica e uma dose de paixão para temperar (e manter a têmpera!). Mas que cerque o seu trabalho com o maior cuidado e exigência, para merecer a confiança dos que necessitam dos seus resultados (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 90).

Embasadas nesta compreensão, os procedimentos construídos e utilizados durante a investigação foram confrontados, a fim de garantir a validação da pesquisa.

### 2.1.1 Etnografia na Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa apresenta-se, no contexto da abordagem teórico-metodológica, como forma de dar “particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2009, p.20).

Denzin e Lincon (2005) apontam a pesquisa qualitativa como sendo uma atividade que situa o observador no mundo. Sendo assim, as práticas de representações e interpretações, realizadas pelos próprios sujeitos da ação, tornam o campo estudado visível. O pesquisador de cunho qualitativo estuda as coisas em seus campos naturais, buscando entender ou interpretar os fenômenos, baseado nos significados que as pessoas a eles atribuem.

Buscando o sentido etimológico da palavra etnografia, *graf(o)* quer dizer escrever sobre e *etn(o)* uma organização social particular; neste sentido, “etnografar” significa escrever sobre os modos de viver de um povo. Angrosino e Flick (2009) aponta a etnografia como a ciência que estuda e descreve um grupo humano, seus comportamentos e relações interpessoais, suas instituições, produções, crenças, em suma, suas características mais particulares, “[...] etnografia também é um produto de pesquisa. É uma narrativa sobre a comunidade em estudo que evoca a experiência vivida daquela comunidade e que convida o leitor para um vicário encontro com as pessoas [...]” (ANGROSINO e FLICK, 2009, p. 34).

André (2008), ao desenvolver estudos sobre pesquisa qualitativa e etnográfica na Educação, discutiu as raízes antropológicas da etnografia, bem como suas implicações quando utilizada no ambiente educacional. A autora admite que, etimologicamente, o termo *etnografia* significa *descrição cultural*, e que “o que se tem feito pois é uma adaptação da etnografia à educação” (ANDRÉ, p.28), entendendo que, no lugar de pesquisa etnográfica em Educação, o que tem sido feito são “estudos de tipo etnográfico” (ANDRÉ, p.28), que se utilizam das técnicas de pesquisa tradicionalmente etnográficas e, ainda, aceitam a interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, enfatizando os processos no lugar dos produtos, numa procura de capturar e interpretar a visão pessoal dos participantes.

Trazendo à discussão o conceito de *cultura*, desenvolvido por Canclini (1983), podemos dizer que são os fenômenos que contribuem, mediante representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social. A cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido” (p. 29). A *cultura*, portanto, deve ser entendida dentro da própria estrutura social.

A abordagem etnográfica na pesquisa qualitativa permite, segundo Flick (2009), que o pesquisador possa se encontrar com as respostas da pesquisa no contexto no qual as ações que estão sendo pesquisadas acontecem.

Sob essa perspectiva, a etnografia se encaixa na abordagem aqui delineada, na medida em que busca entender os significados atribuídos pelos sujeitos à sua cultura, fazendo

uso de técnicas que buscam descrever de maneira profunda o contexto estudado e em campo natural, comum ao investigador e aos investigados.

Esta pesquisa tem caráter etnográfico já que foi “feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa de alguma forma da vida daqueles que estão sendo estudados, sendo assim um observador objetivo daquelas vidas” (ANGROSINO e FLICK, 2009, p.31). Especificamente a participação da pesquisadora na vida das participantes se configurou também enquanto educadora que participou de etapas escolares importantes da vida de seus filhos e filhas.

Dentre as amplas variedades de orientações teóricas em que o método etnográfico se insere, foi escolhida a abordagem dos Estudos Culturais, considerando que o “objetivo da etnografia em relação aos textos culturais é discernir como o ‘público’ se relaciona a tais textos, e determinar como os significados hegemônicos são produzidos, distribuídos e consumidos” (ANGROSINO e FLICK, 2009, p.28).

Moreira e Caleffe (2006) apontam que a etnografia busca enfocar o comportamento social dentro do seu cenário, enfatizando os dados qualitativos extraídos das observações e interpretações feitas no contexto das interações humanas. Os resultados são interpretados tendo como referência o grupo ou cenário da ação observada, com base no seu contexto social e cultural e no olhar dos sujeitos participantes da pesquisa.

A pesquisa qualitativa de caráter etnográfico busca compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, à sua cultura. Assim, a pesquisa etnográfica se utiliza de técnicas voltadas para a descrição densa do contexto estudado.

Hammersley e Atkinson (1994) revelam que o valor da etnografia como método da pesquisa social está na existência de uma variedade de modelos culturais e de significados dos processos sociais. Desta forma, não só a etnografia como também outras pesquisas qualitativas buscam se inserir no contexto natural, para acessar as experiências, os comportamentos e as interações com o objetivo de compreender a dinâmica do grupo estudado.

As pesquisas de caráter etnográfico oportunizam a troca de experiências entre o participante da pesquisa e o pesquisador, haja vista que estes partilham de vivências semelhantes dentro de um mesmo contexto social, ou no mínimo, contextos parecidos. Com isto, o estudo etnográfico envolve uma leitura vívida das narrativas dos sujeitos e não apenas o resultado da pesquisa.

Foi assim, fundamentadas na pesquisa qualitativa, com características etnográficas, que construímos um caminho para realizar reflexões sobre os questionamentos deste estudo.

Consideramos importante esclarecer que não intencionamos utilizar a etnografia pura, mas o viés etnográfico. O caráter etnográfico está presente na descrição densa, que busca dar ou produzir sentidos aos grupos sociais emergidos em contextos culturais particulares. Portanto, trazemos como aspecto etnográfico para a nossa pesquisa a busca pela compreensão integral dos fenômenos observados, bem como a análise isolada de cada parte constituinte.

A perspectiva etnográfica tem validade nesse contexto em que se busca a superação de problemas, por meio de uma análise crítica, objetivando reconhecer, incorporar e valorizar a diversidade de sentidos presentes no contexto. Neste sentido, é importante perceber a articulação do contexto micro e macro do universo cultural e educacional que se pesquisa. A pesquisa etnográfica procura interpretar os dados coletados em campo através do enfoque cultural, ou seja, busca na cultura o suporte para a compreensão da realidade pesquisada.

Esse foi o princípio norteador, pelo qual buscamos analisar as concepções de mães de filhos Surdos e filhas Surdas e a influência que estas concepções exercem no processo de aprendizagem da Língua. Em suma, este estudo trata dos conceitos construídos em torno da pessoa Surda, tendo como base investigativa situações entre mães ouvintes e filhos e filhas Surdas, destacando a diferenciação entre os conceitos que envolvem a Educação de Surdos, oriundos de uma concepção clínica/patológica e os conceitos decorrentes de uma visão sócioantropológica.

## **2.2 Os sujeitos da Pesquisa**

O foco de estudo desta pesquisa foi a relação estabelecida com oito mães de crianças Surdas, estudantes de uma escola polo de inclusão da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa – PB, localizada no bairro de Mangabeira.

As mães constituem-se os sujeitos da presente pesquisa. Seus filhos Surdos e as filhas Surdas foram os principais alvos de construção argumentativa, embora não façam parte direta do processo de análise deste estudo, haja vista que serão consideradas as falas e observações realizadas com as mães.

Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção dos sujeitos de pesquisa: ser mãe de aluno/a Surdo/a matriculado/a na instituição em questão; ser maior de idade; ter

assiduidade nas atividades desenvolvidas pela equipe pedagógica da escola direcionadas às famílias; residir no mesmo bairro (Mangabeira) no qual a escola está localizada.

A investigação visou perceber e problematizar as concepções que envolvem a pessoa Surda, assumidas por mães de alunos/as Surdos/as, e suas implicações no processo de aprendizagem da Libras por elas e seus filhos Surdos e filhas Surdas.

Como forma de manter o sigilo da instituição, das mães e das crianças Surdas atribuímos nomes fictícios, a fim de facilitar a compreensão do/a leitor/a no momento da apreciação da análise. Identificamos a instituição de ensino como Escola Municipal Ilha Populosa, e utilizamos como forma de identificação das participantes, nomes que iniciam com a letra M para nos referirmos às mães e nomes que iniciam com a letra S para nos referirmos aos filhos e filhas Surdas, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO I** – Nomes fictícios das mães e dos filhos e das filhas Surdos/as

<b>MÃES</b>	<b>FILHOS/AS SURDOS/AS</b>
<b>Mariana</b>	Saulo
<b>Marlene</b>	Samir
<b>Marileide</b>	Sabrina
<b>Mércia</b>	Serafim
<b>Melissa</b>	Silvio
<b>Mirtis</b>	Simone
<b>Mônica</b>	Sodré
<b>Monalisa</b>	Sheila

**Fonte:** Dados da pesquisa, (2015).

Na intenção de conhecer o contexto que envolvia as mães participantes da pesquisa, aplicamos com elas um questionário sócio-demográfico, obtendo as informações descritas no quadro a seguir:

**QUADRO II** – Síntese do perfil sócio demográfico das mães

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>RENDA FAMILIAR MENSAL</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS P/ DOMICÍLIO</b>	<b>QUANTIDADE DE FILHOS/AS</b>
<b>Mariana</b>	23	Ensino Médio completo	Vendedora	Casada	R\$ 1.900 (incluindo benefício)	Quatro (mãe, pai e filhos)	Dois (filho mais novo é surdo)
<b>Marlene</b>	29	Ensino Médio completo	Balconista	Solteira	R\$ 1.200	Três (mãe e filhos)	Dois (filho mais novo é surdo)



<b>Marileide</b>	27	Ensino Médio Incompleto	Do lar	Solteira	R\$ 930 (benefício + bolsa família)	Dois (mãe e filha)	Duas (filha mais velha é surda)
<b>Mércia</b>	33	Ensino Fundamental completo	Diarista	Amasiada	R\$ 1.800	Quatro (mãe, filhos e amiga)	Dois (filho mais novo é surdo)
<b>Melissa</b>	26	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Solteira	R\$ 788 (benefício)	Dois (mãe e filho)	Um
<b>Mirtis</b>	41	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Amasiada	R\$ 1.200	Quatro (mãe, companheiro e filhas)	Duas (filha mais nova é surda)
<b>Mônica</b>	30	Ensino Superior completo (Pedagogia)	Professora	Casada	R\$ 2.100	Três (mãe, companheiro e filho)	Um
<b>Monalisa</b>	32	Ensino Médio completo	Autônoma	Solteira	R\$ 1.700 (incluindo benefício)	Quatro (mãe filho e filhas)	Três (filha do meio é surda)

**Fonte:** Dados da pesquisa, (2015).

Observando o Quadro II, vemos que a idade das mães oscilava de 23 a 41 anos, apresentando uma média de aproximadamente 30 anos, o que as situa num contexto social e político de redemocratização do país e de também expansão do ensino. Elas vêm, nos últimos anos, sendo beneficiárias dos investimentos federais, no que tange à educação mantida pelo Estado, e assistindo a expansão do modelo de educação inclusiva em detrimento da escola bilíngue.

Ao observarmos o grau de escolaridade das mães, notamos que quase todas têm no máximo ensino médio, todas foram alfabetizadas em suas línguas maternas, neste caso a Língua Portuguesa, o que nos permite inferir que o acesso à alfabetização em sua língua materna pode representar para estas um empoderamento no que tange às situações cotidianas percebidas em um mundo letrado.

Dado também notório seria o de que apenas uma das mães pesquisadas possuía graduação em nível superior, o que confere a seu grau de escolaridade a maior renda entre as pesquisadas, além de também uma formulação de concepções mais embasadas e reflexivas no tocante à temática proposta.

A maioria das famílias retratadas apresentam acima de três membros, sendo que apenas duas apresentam em seu núcleo familiar apenas dois sujeitos, a mãe e o filho ou filha. Um fato que corrobora o aspecto apresentado é que, das oito mães entrevistadas, apenas três fizeram menção à presença de um companheiro como membro integrante de suas casas.

Dentre estes, apenas um é identificado como pai das crianças. Neste sentido, consideramos que é viável uma discussão em torno dos Estudos de Gênero, considerando a construção desigual de poder entre o masculino/pai e o feminino/mãe no processo de convívio, educação e participação na vida dos/as filhos/as Surdos/as, haja vista que é recorrente a predominância da figura materna em posições de enfrentamentos e luta no tocante ao processo de inclusão e a efetivação dos direitos de seus filhos e/ou filhas. Todavia, não focaremos aqui nesta questão, sendo interesse de uma futura pesquisa.

Por fim, levantando a quantidade de filhos das famílias apresentadas, percebemos que estas variam de um a três filhos e/ou filhas. No entanto, há que se ressaltar que em apenas um dos casos o filho Surdo é o mais velho e que, em outro caso, a filha Surda é a segunda de três. Em todos os outros casos, os filhos/filhas Surdos são os mais novos ou mesmo filhos únicos, o que nos permite inferir que o nascimento de uma criança Surda pode significar a inibição da família em gerar um outro filho e/ou filha.

### **2.3 Campo da pesquisa**

Como já destacamos, o campo se constitui como elemento fundamental tanto na pesquisa qualitativa, quanto na pesquisa de cunho etnográfico. Neste sentido, nosso campo de pesquisa ganha lugar de destaque, pois ele representa um lugar de vivências e trocas de saberes, tanto para a pesquisadora quanto para as mães investigadas.

O campo da pesquisa foi a escola e as residências em que moravam as entrevistadas. Como já explicamos anteriormente, na sessão em que contextualizamos a pesquisa, o campo é um lugar comum e de vivências da pesquisadora e dos sujeitos participantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, a instituição de ensino foi construída e iniciou suas atividades em 15 de março do ano 2000, sendo sua inauguração oficial no dia 28 de junho do mesmo ano.

A escola oferecia Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano e o primeiro e o segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Destacava-se como escola pólo no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos Surdos. Oferecia também curso de Libras gratuitamente para a comunidade em geral, priorizando o público que tinha convívio direto com pessoas Surdas, a exemplo dos familiares e amigos dos alunos Surdos e alunas Surdas.

Todas as residências das entrevistadas ficavam situadas no mesmo bairro da escola: Mangabeira. As casas tinham características humildes e com estrutura física básica e, em alguns casos, mínimas. Eram residências próprias, compostas geralmente por sala, cozinha, um quarto (em alguns casos dois) e um banheiro social.

## **2.4 Sobre a investigação**

Angrosino e Flick (2009) afirmam que a pesquisa qualitativa de viés etnográfico permite a combinação de várias técnicas de investigação para a coleta de dados, a exemplo de: observações, entrevistas, histórias de vidas, análise de documentos, fotos, vídeos, dentre outros. Desta forma, voltamo-nos para os três primeiros e os utilizamos no processo de investigação do nosso estudo.

Para Caldeira (1995), no campo da pesquisa de caráter etnográfico, o pesquisador é considerado o principal instrumento da coleta de dados. Concordando com a autora, fomos a campo e passamos a vivenciar algumas ações do cotidiano doméstico e escolar das mães e das crianças Surdas. O contato mais próximo com as participantes foi essencial, mas, ao mesmo tempo, foi importante também buscar interferir o mínimo possível em seus comportamentos.

Lüdke e André (1986) definem os seguintes instrumentos como essenciais na pesquisa qualitativa de caráter etnográfico: a observação participante, permitindo à pesquisadora ter o contato direto com a realidade; a entrevista como meio de obter mais profundidade com relação às informações; e a análise documental complementado também os dados coletados. Respeitando tais considerações, pautamos nossa investigação.

O processo de obtenção dos dados foi realizado em três etapas. Primeiramente, voltamo-nos para o levantamento das informações necessárias ao acesso às famílias. Para tanto, solicitamos à gestora da escola o acesso às fichas dos alunos Surdos matriculados e assíduos às aulas. Permitido o acesso, iniciamos a triagem. Devido a vivências anteriores na instituição, enquanto professora, já era do nosso conhecimento que todas as responsáveis pelos alunos Surdos eram suas mães.

No total, a escola tinha treze alunos/as Surdos/as matriculados, porém não nos foi autorizado ligar para a mãe de um desses alunos, sob a justificativa de que a família era muito “complicada” e de difícil comunicação. Sendo assim, ligamos para as demais mães, explicamos a pesquisa e perguntamos se as mesmas tinham interesse em participar. Obtivemos êxito com nove mães, porém uma delas precisou mudar de cidade por motivos

peçoais. Marcamos então um encontro para que a pesquisa fosse apresentada de maneira formal e as mães assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Alguns desses encontros ocorreram na própria instituição e outros em suas residências.

No primeiro contato pessoal, já tínhamos em mãos um diário de campo, pois entendemos que a partir dali já estávamos obtendo dados relevantes para a nossa pesquisa.

A segunda etapa da coleta de dados refere-se à aplicação dos roteiros de entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram realizadas com algumas mães em suas residências e com outras no próprio ambiente escolar, devido ao fato de as mesmas alegarem trabalhar o dia inteiro e não disporem de tempo para que as entrevistas fossem feitas em suas residências.

A terceira etapa consistiu em observações das interações entre as mães e os filhos Surdos e filhas Surdas. As observações se deram em momentos de vivências familiares na própria escola, com a autorização da gestora da instituição. Os momentos consistiram na confraternização do dia das mães e um passeio ao zoológico da cidade.

Sendo assim, os dados foram coletados, sobretudo, através das observações registradas no diário de campo, das gravações das entrevistas e, ainda, através das conversas informais com as mães.

A escrita no diário de campo era realizada logo após as observações, o que permitiu que participássemos mais livremente nos momentos das vivências com as mães, principalmente nos episódios de interação entre mães e filhos/as.

Com relação às gravações das entrevistas, procuramos fazer com que o gravador de voz inibisse o mínimo possível as mães no momento das entrevistas, de forma que procuramos mantê-lo, na medida do possível, estático em um local fixo. Geralmente, as gravações individuais das entrevistas duraram por volta de quinze minutos, totalizando duas horas e seis minutos de gravação.

As transcrições foram digitadas, buscando registrar o máximo possível o cenário das entrevistas, separando o que eram as falas da pesquisadora das falas das mães, e ainda colocando momentos considerados relevantes que o áudio não conseguiu captar, a exemplo de expressões faciais e corporais, anotações contidas no diário de campo e, ainda, articulações com o referencial teórico.

Dessa forma, já na própria transcrição, iniciamos o cruzamento dos dados coletados, o que nos ajudou a contextualizar as informações no momento das análises dos dados.

## 2.5 Organização e Análise dos Dados

Partimos da ideia de que os dados seriam o caminho do qual emergiria o referencial teórico, como base da nossa discussão analítica.

Organizamos os dados da seguinte forma: selecionamos três categorias principais, duas relacionadas às concepções em torno das pessoas Surdas e sua imagem social, as quais denominamos *Deficiência e Diferença*, e uma categoria que remetesse ao aprendizado da língua de sinais, a qual denominamos de *Libras*. Em seguida, partimos para a fase que chamamos de “garimpagem”, na qual selecionamos as falas e as observações que se referiam diretamente às categorias *Deficiência e Diferença* e *Libras*.

Nas categorias *Deficiência e Diferença*, buscamos trazer uma discussão pautada nos conceitos de deficiência e diferença apresentados pelos Estudos Culturais da Educação, sem perder de vista a ideia da existência de variantes dessas concepções. Dessa forma, articulamos os conceitos teóricos sobre o que é ser Surdo com as falas das entrevistadas, de forma a estabelecer um cruzamento entre elas.

Sendo assim, nessa fase da análise, nosso interesse foi de não só conceituar as concepções apresentadas, nas vertentes teórica e prática, mas apontar nosso posicionamento quanto ao que acreditamos ser o caminho mais adequado de se conceber o universo Surdo e a pessoa Surda.

A variação entre os termos surdez e condição Surda se faz constante. Assim, buscamos diferenciar as concepções no momento da análise, se a concepção clínico-terapêutica – da surdez – ou social-antropológica – da condição Surda. Consideramos importante deixar claro que o termo “condição surda” não é uma criação nossa, mas uma adaptação do termo “estar sendo surdo (é possível ser surdo e estar no mundo)”, do investigador Paddy Ladd (2005), termo este que será melhor explicado na discussão analítica.

Com relação à categoria *Libras*, buscamos identificar, nas falas das entrevistadas, quaisquer conceitos, conhecimentos e julgamentos sobre a língua de sinais. A partir deste recorte, tentamos articulá-lo ao conhecimento teórico sobre a língua de sinais, principalmente no que tange à importância de sua apreensão para um convívio social menos excludente entre pessoas Surdas e pessoas ouvintes.

Dessa forma, a organização e análise dos dados se deram através do diálogo entre as informações obtidas no campo da pesquisa (entrevistas e observações) e os referenciais

teóricos sobre as temáticas abordadas, buscando responder aos objetivos propostos para este estudo. Com isso, esclarecemos que não há uma separação entre capítulo teórico e análise dos dados. Os dados estão articulados com a teoria e a análise da pesquisadora, por entendermos que as informações teóricas e os dados coletados fazem parte de um *continuum*.

### **3. SER SURDO: DEFICIÊNCIA OU DIFERENÇA? O QUE PENSAM AS MÃES?**

[...] não é difícil pressupor que o fato de alguém da família ser identificado por critérios objetivos, médicos ou educacionais, como surdo, constitui-se numa experiência que marca tanto a criança como a família, e que pode alterar o funcionamento intersubjetivo de todos, na medida em que tal diferença impõe, de forma imprevista e definitiva, a perda para sempre da ilusão do filho perfeito (CARVALHO, 2000, p. 69).

Tomando como referência as expectativas criadas no ambiente familiar em função da criança idealizada, geralmente, mães, pais e demais familiares reagem com frustração frente ao diagnóstico de alguma deficiência. Petean (1995) afirma que a família vive uma situação de “luto”, haja vista que tem que lidar com uma espécie de “morte” do bebê perfeito, da criança sonhada, idealizada.

Com relação especificamente à criança Surda, pelo fato de a surdez não ser visível ao nascimento, os pais começam a suspeitar de que a criança não está reagindo como o esperado um pouco mais tarde (LUTERMAN, 1979). Aos primeiros indícios, a família vive uma situação de descrença, resistindo a pensar que alguma coisa “possa estar errada”. Essa situação de descrença se configura como a negação.

Geralmente a família não só ignora o fato da criança não corresponder, como se espera às situações e estímulos sonoros do cotidiano, mas passa a interpretar qualquer movimento da criança como resposta ao som. Ocorre assim uma racionalização, através da qual a família cria alternativas fictícias que substituam a dor realista, com explicações como: a criança ouve o que quer ouvir e/ou a criança não está falando porque faz parte da história da família falar tarde.

Essas situações podem ser minimizadas porque, mais recentemente, a partir da Lei Federal 12.303/10, tem sido feito o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), conhecido como o Teste da Orelhinha, nos três primeiros dias de vida da criança. Este teste visa diagnosticar a surdez no bebê. Com isso, as etapas de luto e descrença podem ser banidas ou vividas precocemente nas famílias de crianças Surdas. Com o diagnóstico da surdez, as famílias, em geral, são expostas a outras narrativas. As mais comuns têm sido as que estão envoltas em mecanismos de “cura”, como é o caso do implante coclear, considerada uma versão atualizada da concepção clínico-terapêutica.

Em oposição a essa concepção existem outras. Entre elas, a concepção sócio-antropológica, que imprime à condição Surda o *status* da diferença. Assim, o Sujeito surdo é reconceitualizado como pertencente a uma comunidade minoritária que partilha uma língua – a Língua de Sinais –, valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios (SKLIAR, 1997).

### 3.1 Concepções em torno da Pessoa Surda

Lopes (2004, p.7) afirma que “a surdez é uma grande invenção”. Com isso, a autora não nega a materialidade inscrita no corpo, mas trata a peculiaridade Surda como uma construção cultural, fundamentada em distintas narrativas, oriundas de distintos campos discursivos – “clínicos, linguísticos, religiosos, educacionais, jurídicos, filosóficos, etc.” (p.7).

De acordo com o investigador britânico Paddy Ladd (2005) esses campos discursivos deram origem a, no mínimo, três formas estruturadas de conceber a condição Surda, quais sejam:

- *clínica-terapêutica*, que se estrutura com base nos conceitos médicos e é fortalecida no binômio normal *versus* anormal;
- *social-antropológica*, que entende a pessoa Surda como alguém que possui um corpo com impedimento, mas é, ao mesmo tempo, expressão da diversidade humana, ou seja, há uma divisão entre a deficiência e a diferença. Esta concepção é adotada e fortalecida na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida em Nova York, em março de 2007, e promulgada no Brasil, em agosto de 2009;
- *linguística-cultural*, que, enquanto modelo hegemônico, dissolve a diferença Surda no conceito da diversidade, não levando em consideração a distinção dos conceitos de diferença e diversidade. Esta concepção é a adotada pela política do Ministério da Educação, base para a estruturação da educação bilíngue.

Embora identifiquemos as três concepções em torno da condição Surda, optamos por desenvolver aqui uma discussão com base nas concepções clínico-terapêutica e sócio-antropológica, tendo em vista que são estas que mais aparecem nas falas das mães entrevistadas. Logicamente, enquanto política pública, a concepção linguístico-cultural é considerada em nosso estudo, sobretudo na análise dos dados.



Buscamos articular essas concepções às categorias *Deficiência e Diferença*, apontando os aspectos peculiares de cada uma em articulação com os dados coletados, às teorias e ideias num contexto que chamamos de vai-e-vem, haja vista que várias discussões são retomadas a todo instante.

O debate sobre as concepções clínico-terapêutica (Surdez) e sócio-antropológica (condição Surda) é uma realidade. Entendemos que a apropriação de uma dessas concepções é decisiva para a tomada de decisão sobre os processos educacionais dos Surdos.

No contexto da abordagem sócio-antropológica, vários estudiosos têm problematizado as temáticas da área, com base nos Estudos Culturais da Educação, que traz em seu bojo as categorias de cultura, identidade e diferença, formalizando o que tem se chamado Estudos Surdos.

Laddy (2005) esclarece que o termo *Deafhood* – *Deaf* + *hood* sendo a primeira parte referente ao significado Surdo e a segunda referente ao termo condição ou estado – comumente utilizado na língua inglesa para identificar o processo de reconhecimento e afirmação da identidade Surda, sendo este, fruto de resistência aos discursos e práticas colonizadoras dos ouvintes. Esse termo ressalta que a vulnerabilidade social a qual o surdo constantemente é submetido dá espaço à força do povo Surdoe ao mesmo tempo revela o sentido de processo de desnaturalização das práticas audistas/oralistas. Laddy (2005) ainda afirma que o termo *Deafhood* é uma melhor alternativa para substituir o termo *Deafness* – que traduz-se como surdez – tendo o segundo direta relação ao ideário biomédico e portanto patológico.

Assim, atribuímos o termo Condição Surda como uma forma mais positiva de compreender a pessoa Surda, bem como de afirmar-se Surdo/a, pois este emerge do campo de luta deste povo e permite a afirmativa de “ser Surdo”.

Nesta perspectiva, a fim de atingir o objetivo de analisar as concepções da condição surda reveladas nas falas das mães entrevistadas, com base nos conceitos compreendidos dentro das categorias *Deficiência e Diferença*, contamos com a contribuição de autores dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, a exemplo de Hall (2000, 2006), Woodward (2000), Silva (2000), Thompson (1995), Perlin (2003, 2005), Skliar (1997, 2005), Sá (2006), Oliveira (2004), Lopes (2004, 2011), Santana (2007) entre outros, apropriando-nos da ideia do “estar sendo surdo”, desenvolvida pelo investigador Surdo Paddy Ladd (2005), no termo “condição surda”, para ressignificar o sentido de ser Surdo.

### 3.1.1 Surdez: Uma Deficiência

Para os Estudos Surdos, a concepção clínica é compreendida como uma prática discursiva interna, que pode ser analisada a luz dos estudos de Foucault (2001), em *Os Anormais*, quando relata o tratamento realizado nas pessoas com lepra e peste. Com relação à lepra, as pessoas eram separadas e colocadas distantes de suas cidades, pois considerava-se que, assim, era possível manter a cidade pura. No caso da peste, os locais onde eles habitavam passavam a ser demarcados, como forma de inibir as pessoas de estarem ali.

Esse policiamento é definido, por Foucault (2001), como disciplina. Por meio dela, era organizado o espaço, controlado o tempo, vigiada e registrada continuamente as condutas, a fim de se obter certo conhecimento sobre os indivíduos em questão. Esse controle, que só era possível com a separação dos doentes do convívio social, era fundamental para a qualificação e a correção.

Assim como aconteceu com os doentes, deu-se também com as pessoas com deficiência, neste sentido ser surdo e conviver em sociedade significava constante risco de contágio, devido o status de doença atribuído a condição. O mecanismo de disciplinamento foi aplicado a todas, inclusive às pessoas Surdas. Isso foi uma constante na trajetória histórica dos Surdos. Como ilustração, recorreremos às iniciativas de Graham Bell, que atuou junto ao governo americano, propondo medidas eugenistas, entre elas o impedimento do casamento entre Surdos. Assim, “evitavam” que a “raça surda” proliferasse, “evitando” também o desenvolvimento da comunicação por meio dos sinais (SOUZA, apud LANE, 1998).

Outro exemplo foi a criação das escolas especiais, das classes especiais e, na versão atualizada, das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No campo da medicina, havia os tratamentos oferecidos para cura da surdez, existentes até hoje. Este campo pode ser considerado o *locus* do conceito patológico da surdez, visto que é nele que esse conceito se constrói e se afirma.

Lunardi (2002) diz que, apesar da ideia de comparações entre padrões ser muito antiga, a noção de normalidade é uma realidade relativamente recente, surgindo através da chamada “biopolítica” da humanidade, entendida “como a maneira pela qual se tentou racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (FOUCAULT apud LUNARDI, 2002, p. 2).

Neste sentido, a partir do século XVIII, o Estado Moderno assumia a função de controlar a saúde da população e, com isso, a economia de ordem capitalista volta-se para o corpo social, que passa a ser força produtiva e de trabalho. Para o corpo ser forte, produtivo e controlável, era preciso uma série de técnicas de adestramento, para instalar comportamentos adequados naqueles que, de alguma forma, fugiam da normatividade social.

As pessoas passaram, então, a ser medidas e rotuladas, considerando determinados parâmetros. O desvio nesses padrões era entendido como anormalidade. Para Foucault (2001), os métodos disciplinadores, por meio de controle minucioso de doutrinação dos corpos, são estabelecidos como uma forma de dominação que, diferente da escravidão, da domesticação e da vassalagem, nutrem um sistema que transforma o corpo em mais obediente e útil.

Trata-se, ao contrário, de uma série de diferenças sutis, e constantemente observadas, entre os indivíduos que estão doentes e os que não estão. Individualização, por conseguinte divisão e subdivisão do poder, que chega a atingir o grão fino da individualidade (FOUCAULT, 2001, p.57).

A surdez imprime anormalidade às pessoas Surdas, lançando mão de estratégias clínicas e terapêuticas de correção, através de processos de oralização. É considerada uma patologia, tendo suas causas reveladas sob as formas congênitas e adquiridas. Quando a surdez é tida como congênita, implica dizer que a pessoa nasceu surda, devido à carga hereditária ou influência genética, ou teve alguma complicação no período pré-natal, a exemplo de doenças como rubéola ou meningite, ou no perinatal, no momento do parto ou poucas horas após o parto, a exemplo de infecções. A surdez adquirida é a que acontece quando a pessoa nasce com os níveis de audição considerados normais ou ideais e, por algum motivo patológico (infecções, lesões e toxidades farmacológicas) ou acidental, perde a capacidade auditiva.

A surdez é medida, assim, sob o norte da eficiência do canal auditivo. Portanto, é a funcionalidade deste em percepção de decibéis que definirá se a pessoa é surda ou não. Os níveis de surdez são classificados em: Surdez leve (26 a 40 dB); Surdez moderada (41 a 70 dB); Surdez severa (71 a 90 dB); Surdez profunda (91 dB em diante).

Como forma de sanar a surdez, os discursos clínicos (audiologistas) oferecem opções que buscam/prometem amenizar os transtornos por ela causados, a exemplo do implante coclear. De acordo com Roots apud Santana (2007, p. 27), “o implante seria algo parecido a um ouvido biônico, diretamente implantado na cóclea”.

A surdez implica numa gama de padronizações que buscam medir o que é normal e o que é anormal. Santana (2007) diz que existe uma linha tênue entre o que é considerado normal e o que é considerado anormal. O autor também fala que “O grau de proximidade e distância da normalidade são medidos pelo ‘avaliador’, geralmente por meio de procedimentos fechados de avaliação” (p. 23). Tendo como parâmetro avaliativo o caráter da norma, o avaliador que, geralmente, é o médico especialista/audiologista, ocupa posição de superioridade, cabendo a ele decidir quem possui características normais e anormais.

Para entender a concepção patológica, desde sua origem lexical, Santana (2007) afirma que, no campo da linguagem, *pathos* tem sentido de afasia, disartria, atraso de linguagem, distúrbio fonológico, entre outros, o que o autor define como diretamente ligado ao “peso da tradição gramatical do falar e escrever bem” (p. 23). Já Morato apud Santana, (2007) destaca que existem estados patológicos da linguagem que não são resultantes apenas do *pathos*, mas da normalidade, enquanto fenômeno linguístico. Portanto, implica dizer que ser surdo no sentido do *pathos* é ser constantemente comparado ao padrão ouvinte, sendo o falante o modelo ideal.

No campo da medicina, a surdez é entendida como uma alteração orgânica, que compreende uma parte do corpo que apresenta alteração ou déficit (TAVARES, 2001). Esta forma de ver a surdez é conhecida na literatura como clínico-terapêutica (SKLIAR, 1997). Nela, a surdez é uma doença/déficit/deficiência que necessita ser tratada, visando a sua “cura”. A “cura”, nos casos de crianças que nascem surdas, está relacionada, na maioria das vezes, ao aprendizado da linguagem oral, ao uso de aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ou mesmo o implante coclear.

É importante aclarar as diferenciações existentes nesses mecanismos de “cura da surdez”, haja vista que eles se distinguem entre si, o que sugere um leque de possibilidades na escolha que os pais e familiares farão para solucionar o “problema” da surdez.

A oralização se configura num processo de aprendizagem da língua oral por parte dos Surdos. Neste sentido, oralizar o surdo significa submetê-lo ao universo sonoro ouvinte, de forma que, para obter o êxito da oralidade, as pessoas Surdas são submetidas a treinamentos fonaudiológicos, nos quais “aprendem” a falar por meio de repetições de movimentos vocálicos, a fim de reproduzir o som emitido pelo falante.

Outra maneira de “cura” da surdez é a utilização do aparelho auditivo que, tecnicamente, dá a oportunidade de o Surdo se tornar um falante. O Aparelho de Amplificação Sonora Individual - AASI tem como objetivo ajustar e transmitir os sons da fala

e do ambiente, para atender as necessidades do usuário, ou seja, este dispositivo eletrônico tem a missão de amplificar as ondas sonoras transmitidas pelo ambiente de maneira que possibilite a seu usuário reconhecer e reproduzir os sons.

O Implante Coclear diferencia-se das experiências da oralização e do uso do aparelho auditivo, haja vista que é um equipamento implantado cirurgicamente e tem a função de estimular o nervo auditivo e recriar as sensações sonoras. O implante coclear é composto por dois sistemas principais, o sistema externo e o outro interno. Este é formado por um receptor e um arranjo de eletrodos que são posicionados dentro da cóclea, o qual é conectado a outro receptor que funciona como um decodificador dos impulsos sonoros, implantado na região atrás da orelha, por debaixo da pele. No receptor externo, encontra-se uma antena e um ímã, que servem para fixar a unidade externa e captar os sinais elétricos. A unidade interna funciona através de radiofrequência e a parte externa é composta por um processador de fala, uma antena transmissora e um microfone, sendo esta a parte aparente do implante.

Frente ao exposto, podemos dizer que, de forma resumida, a concepção clínico-terapêutica da surdez tem como objetivo principal reabilitar o surdo com intenção de igualá-lo ao universo ouvinte. A fala oralizada é a sua principal meta. As pessoas Surdas são percebidas como portadoras de um impedimento/defeito que as impossibilita de estarem e atuarem de forma igualitária na sociedade.

### 3.1.2 Condição Surda – Uma Diferença

Pensar a pessoa Surda no sentido da diferença é compreendê-la em seu aspecto cultural, rompendo com o estigma patológico. Sá (2006, p.1) define cultura como “um campo de forças subjetivas que dá sentido(s) ao grupo”. Sendo assim, compreendemos que o sentido do termo cultura no campo de estudo dos Surdos se define como uma forma de afirmar a identidade dessas pessoas em seus aspectos mais específicos e se concretiza no espaço linguístico, sendo a língua de sinais a marca subjetiva da cultura Surda. “Culturalmente produzimos o normal, o diferente, o anormal, o surdo, o deficiente, o desviante, o exótico, o comum, entre outros que poderiam compor uma lista infundável de sujeitos” (LOPES, 2004, p. 8).

Neste sentido, compreendemos que qualquer forma de representação que utilizamos para definir alguém ou algo é fruto de uma construção cultural, construção essa que adotamos

de forma mecânica, aceitando-a quase que naturalmente. Ao desnaturalizá-la, caminhamos na direção de reflexões mais contundentes, adentrando no estudo articulado entre cultura e identidade Surda, que aqui se caracteriza como diferença.

Torna-se claro que a concepção sócio-antropológica se sustenta sobre os pilares da cultura. Ela não busca necessidades de comparações entre os diferentes sujeitos, pertencentes a diferentes grupos culturais. Pertencer a um grupo facilita entender a ideia da diferença cultural.

De acordo como Perlin (2003) “[...] no confronto com os espaços culturais, as posições surdas se apresentaram inclusive complexas, mutiladas, reestruturadas, desanimadas, rejeitadas, consideradas inferiores e mantidas na inaptidão” (p. 36).

Perlin (2003, p.40) mostra que é preciso atentar para o caminho da construção cultural dos Surdos como um “campo de conhecimento elástico, onde se avolumam as possibilidades a partir de teorias e práticas de significação”. É neste “campo de conhecimento elástico” que as identidades Surdas se constituem, de forma plural, haja vista as diferentes possibilidades de vivenciar socialmente a condição Surda.

De acordo com Burbules (*apud* LOPES, 2011), o pertencer a um grupo cultural gera situações de fortalecimento e mobilização na luta de validação de suas diferenças culturais e inclusão em suas comunidades. Sendo assim, a diferença dos Surdos se constitui no *locus*, nas formas de experimentar socialmente a sua constituição corporal, que, como dito acima, se concretiza no espaço linguístico, da língua de sinais. Ser surdo é, portanto, experimentar o mundo de maneira visual, como uma forma singular de construir a história, os contextos sociais, a política. É uma maneira diferente e singular de conceber o mundo.

(Os) Estudos Surdos problematizam justamente aquilo que em geral não é problematizado, nem na educação especial, nem em outras abordagens desta temática. O nosso problema, em consequência não é a surdez, não são os surdos, mas são as representações dominantes, hegemônicas e “ouvintistas” sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos. Desse modo a produção é uma tentativa de inverter a compreensão daquilo que pode ser chamado de “normal ou cotidiano” (SKLIAR *apud* PERLIN, 2003, p. 39).

Por acreditarmos que o conceito de diferença não pode ser discutido profundamente sem o amparo do conceito de identidade, iremos aprofundar esta discussão na seção intitulada “Dialogando com os Conceitos Identidade e Diferença dos Estudos Culturais e com as Concepções de Deficiência e Diferença da Ótica Clínica”. A intenção aqui foi conceituar brevemente a concepção em torno da pessoa Surda, percebida sob o conceito da diferença.

### 3.1.3 Língua de Sinais – Um Breve Contexto Histórico

Karnopp (2004, p.103) aponta que a língua de sinais é a língua natural existente nas “comunidades linguísticas de pessoas surdas”, tendo, segundo Wriggley apud Karnopp (2004) seu reconhecimento linguístico, político e social reportado nas declarações da UNESCO, da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Federação Mundial dos Surdos e do Encontro Global dos Especialistas.

As línguas de sinais não são simplesmente gestos aleatórios e mímicos, como muitas pessoas pensam. Ao contrário, possuem regras gramaticais e estruturas próprias, sendo diferenciadas das demais línguas por ter uma modalidade viso-espacial.

A Língua Brasileira de Sinais é a língua natural das pessoas Surda, no Brasil. Ela é reconhecida através da Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto-lei 5.626/2005.

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O artigo primeiro reconhece a Libras como meio de comunicação ou de expressão a ser utilizado pelas pessoas Surdas, mas somente no parágrafo único do mesmo artigo lhe é conferido o *status* de língua, com recursos e estrutura gramatical própria. É a comunidade Surda responsável por preservar sua cultura, sua língua e direitos.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida no Brasil desde 2002, porém ainda continua sendo desconhecida ou até mesmo ignorada pela maioria dos brasileiros, sendo considerada ainda, por muitos, como meros gestos ou mímicas. O fato de os surdos se configurarem como uma minoria linguística dificulta a sua forma de comunicação e interação com a sociedade majoritária.

Ao investigar o processo histórico de luta pelo direito ao uso da língua de sinais, verifica-se que este é marcado por diversos momentos de opressão, proibição, discriminação e preconceito. Essas questões históricas dão a dimensão da situação dos Surdos quanto ao uso dos sinais, já que são nos caminhos da história que se acham respostas a questões essenciais para o esclarecimento e contextualização do atual cenário da língua de sinais.

Esse conhecimento atrelado à aproximação da cultura Surda são passos importantes para compreender as nuances que permeiam as identidades Surdas.

Na antiguidade, os Surdos eram vistos de forma negativa, como pessoas que não podiam ser educadas, sendo tratados como indivíduos enfeitiçados e castigados pelos deuses, dignos de piedade e compaixão; ou eram abandonados e até sacrificados de forma mais desumana pela família. Era seguida a regra utilizada para todos aqueles que nasciam fora dos padrões da normalidade. Por exemplo, em algumas sociedades, como Roma, onde prevalecia o espírito guerreiro, existia a prática do sacrifício para aqueles que nasciam com algum tipo de deficiência, fosse ela física ou mental. Nessas sociedades, os Surdos eram vistos como improdutivos e inúteis, eram marginalizados e tidos como anormais.

No século XVI, na Europa, encontra-se com mais facilidade registros a respeito da educação para surdos com métodos mais direcionados. Segundo Sampaio (2007), Joran Conrad Amman desenvolveu o método de leitura labial, diretamente relacionado ao treino da observação dos movimentos dos lábios no momento da produção da fala em associação com os sons da fala.

De acordo com Soares (1999), um médico, matemático e inventor de um método para ensinar pessoas Surdas a ler e a escrever, chamado Gerolamo Cardano, que viveu entre 1501 a 1576, afirmava que o Surdo tinha a capacidade de aprender a escrita da língua oral, pois esta seria a representação da fala, e defendeu que eles deveriam aprender a língua labial e a escrita.

Foi no início do século XVI que surgiram os primeiros educadores de pessoas Surdas. O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) criou uma escola de professores de Surdos. Ele foi um importante educador e utilizava como metodologia de ensino a datilologia – que é a representação manual das letras do alfabeto – a escrita e a oralização. Soares (1999) diz que o monge ensinava primeiro a escrita de nomes de objetos e, só depois, ensinava o Surdo a falar.

Esta preocupação educacional de surdos deu lugar às aparições de numerosos professores que desenvolveram, simultaneamente, seus trabalhos com os sujeitos surdos e de maneira independente, em diferentes lugares da Europa. Havia professores que se abocavam na tarefa de comprovar a veracidade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a língua de sinais e o alfabeto manual e em muitos lugares havia professores surdos (STROBEL, 2006, p. 248).



O século XVIII é considerado um dos períodos mais férteis no que diz respeito à educação de Surdos. Foi nessa época que o monge francês Charles Michel de L'Epée criou os Sinais Metódicos, combinando a língua de sinais com a gramática sinalizada francesa, ou seja, o monge francês criou o método viso-gestual com o objetivo de ensinar os Surdos a ler e escrever. Para ele, como os Surdos não conseguiam estabelecer uma comunicação com o professor, eles não aprendiam. No entanto, fez grande diferença a observação de que conseguiam se expressar usando as mãos.

Soares (1999) diz que esse método consistia na comunicação com os Surdos através de gestos, com o intuito de instruí-los de maneira rápida. Nessa época, teve um aumento significativo do número de escolas e, conseqüentemente, do ensino da língua de sinais. Em contrapartida, os Surdos podiam aprender e dominar vários assuntos e, em consequência, exercer várias profissões.

Em 1815, o pesquisador Thomas Hopkins Gallaudet faz uma adaptação para o inglês da língua de sinais francesa e em homenagem ao pesquisador, foi fundada nos Estados Unidos, em 1864, a primeira universidade para Surdos do mundo, chamada Universidade Gallaudet, localizada em Washington, capital dos Estados Unidos da América.

No entanto, a oposição à língua de sinais vinda dos que defendiam e apoiavam o oralismo, na sexta década do século XIX, aumenta e ganha força. Anos depois, em 1880, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão/Itália, a língua de sinais foi proibida, causando uma reviravolta na educação de Surdos. Segundo Soares (1999) e Sampaio (2007), essa prática instituiu que só após aprender a falar é que a pessoa Surda terá capacidade de aprender os conteúdos escolares.

Apesar de todas as tentativas de apagamento da língua de sinais, ela não foi eliminada totalmente. Continuou a existir clandestinamente nos internatos, asilos e instituições, onde passou a ser o atendimento dos Surdos, restrito à filantropia. Daí em diante, a educação dessas pessoas é marcada por três etapas: a oralização; a comunicação total e o bilinguismo.

Mesmo com muitas tentativas de tirar os Surdos do anonimato durante o século XX, diante dos discursos científicos e, principalmente, porque a visão clínica olhava-os como seres patológicos, o ouvintismo ganhou mais força. Só a partir da década de 1960, com a publicação da obra de William Stokoe - *Estrutura da Língua de Sinais: Um Esboço do Sistema de Comunicação Visual de Surdos americanos* - a sociedade começou a olhar de maneira diferente para as pessoas Surdas.

A partir dessa publicação surgiram diversas pesquisas sobre a língua de sinais e sua aplicação na educação e na vida do surdo, que aliadas a uma grande insatisfação por parte dos educadores e dos surdos com o método oral, deram origem à utilização da língua de sinais e de outros códigos manuais na educação da criança surda (GOLDFELD, 1997, p.28).

No Brasil, a educação de Surdos teve início quando Dom Pedro II trouxe da França, na época do segundo império, o professor surdo Hernest Huet, em 1857, para fundar o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), que atualmente é conhecido por Instituto Nacional de Surdos (INES), e que foi a primeira escola para Surdos do país.

De acordo com Soares (1999), após o Congresso de Milão que aconteceu em 1880, houve um esforço pela adoção do oralismo no Instituto, por parte das pessoas responsáveis pela educação de Surdos no Brasil. Eles afirmavam que a população brasileira não era alfabetizada e que tudo que fosse ensinado aos Surdos referente à escrita seria perdido. Devido a esses esforços, no início do século XX, mais precisamente em 1911, foi determinada a utilização do oralismo puro aqui no Brasil.

Só a partir de 1970, essa situação começou a mudar com os estudos sobre a Comunicação Total, filosofia que chegou ao Brasil com a visita da pesquisadora e educadora de Surdos, Ivete Vasconcelos da Universidade de Gallaudet, Estados Unidos. Essa metodologia envolvia várias ferramentas linguísticas, como, língua oral, língua de sinais, fala, alfabeto manual, leitura labial, leitura escrita, entre outros.

Nas décadas seguintes, o bilinguismo passou a ser difundido no Brasil, a partir das pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito. É na proposta do bilinguismo que tem se sustentado o modelo educacional brasileiro voltado para as pessoas Surdas, “[...] bilingüismo, então, entre tantas outras definições, pode ser considerado: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. Aqui já temos uma revitalização do “bi” em bilingüismo [...]” (QUADROS apud LOPES, 2011).

Para Skliar apud Lopes (2011, p.67), uma proposta de educação bilíngue para Surdos pode ser definida como “uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas [...] e como um reconhecimento político da surdez como diferença”.

### **3.2 Análise das Categorias Deficiência e Diferença envolvendo os Surdos**

Como vimos, a pessoa Surda é concebida sobre os pilares de duas vertentes principais. Sendo assim, pensamos ser positivo apontar as diferenças reveladas por esse binarismo deficiência-diferença. Para tanto, buscamos evidenciar as possíveis simplificações em torno da condição Surda, bem como apontar as definições que mais se aproximam das concepções que as pessoas Surdas têm de si mesmas.

Iniciamos esse intento, problematizando as orientações clínicas que, inspiradas no pensamento iluminista, desempenharam (e ainda desempenham) forte influência na construção de padrões de normalidade em todas as dimensões da vida humana.

[...] medimos a inteligência, o colesterol, o peso, a altura, o desejo sexual, as dimensões do corpo através de uma linha conceitual que vai do subnormal ao acima da média [...]. Provavelmente, não há área da vida contemporânea em que alguma ideia de norma, média ou padrão não tenha sido calculada. (DAVIS, 1995, p. 23).

Dentro da ideia de que tudo pode ser medido, padronizado ou normalizado, trazida pela concepção clínico-terapêutica (SKLIAR, 1997), as pessoas Surdas são entendidas como deficientes, pessoas que se desviam daquilo que é considerado normal, tendo como modelo as pessoas ouvintes.

Com base nesse modelo clínico, são tomadas as decisões quanto aos procedimentos adotados com as pessoas Surdas, tanto por profissionais da saúde quanto da educação. Isso inclui um tratamento de reabilitação, a fim de enquadrá-las aos padrões da normalidade, realizado dentro de instituições de ensino que adotam um olhar assistencialista, sem considerar as especificidades das pessoas Surdas para a eficácia do processo educativo.

É no bojo do discurso clínico que as marcas da deficiência são afirmadas e “tatuadas” nos corpos das pessoas Surdas e nas mentes dos que convivem com elas, sobretudo dos familiares. Notamos isso, quando indagamos as mães sobre como elas descobriram que seus filhos e filhas são surdos. Elas deixaram clara a força do parecer médico, como forma de imprimir validade às suas suspeitas, explicitando também o quanto é imediata a solução dada pelos médicos para “corrigir” a surdez.

[...] eu não suspeitava de nada, achava que ela só ia demorar a falar, só que meus familiares ficaram me pressionando muito, porque uma tia minha conheceu uma criança que é surda e tinha o mesmo tipo de comportamento que ela... foi então que levei ela ao médico, e ele me falou que ela tinha esse probleminha, mas que não era nada grave, que poderia ser feita uma cirurgia e ela ficar boa. Isso me tranqüilizou muito, é muito difícil ter um filho com deficiência (**Monalisa**).

O discurso médico apresentado a Monalisa reduziu as possibilidades humanas de sua filha, que passou a ser vista apenas a partir de uma única verdade, a da falta de algo que seria indispensável para o seu desenvolvimento humano. Esta falta, configurada como um problema precisava ser corrigida por meio de um processo clínico e reabilitador.

Quando a pessoa Surda é tratada sob a ótica clínico-terapêutica, a perda auditiva toma centralidade, acarretando consequências irremediáveis no desenvolvimento psicossocial, como as dificuldades de adaptação social. Isso leva à busca da cura, por meio de intervenções reabilitadoras, como o uso de próteses auditivas e acompanhamentos fonoaudiológicos para aquisição e desenvolvimento da oralidade; e médicas, a exemplo dos implantes cocleares. Lopes (2011, p.8) chama a atenção sobre como “a busca por especialistas, a dedicação integral aos filhos com surdez e a inconformidade pela falta de audição, por muitos anos mobilizam pais e mães”.

Isso acontece porque o pressuposto dominante nas discussões baseadas no modelo clínico-terapêutico é o de que o desenvolvimento da linguagem se dá de forma mais eficiente por meio da via oral. A consequência disso é o quase total estado de privação linguística das crianças Surdas, que passam a viver de forma marginal por não terem acesso a elementos essenciais para sua socialização (COLLIN, 2001).

A falta de clareza sobre a importância da língua natural dos Surdos (a língua de sinais) ficou patente quando Mariana e Mércia descreveram seus filhos Surdos e expuseram suas perspectivas de futuro.

Eu vejo o Saulo como uma criança normal, que só precisa de um cuidado diferente quando é pra falar com ele, já que ele não tem calma pra gente entender e sem falar é muito ruim, é que com as mãos as coisas não funcionam muito bem [...] vejo que ele só não é um menino melhor porque não fala (**Mariana**).

Ahhh mulher, pra o futuro dele eu espero que ele escute, porque assim vai melhorar muito, ele vai conseguir falar com todo mundo. Agora é muito difícil, ele tem muita dificuldade, mas se ele escutar vai saber de tudo e não vai precisar de ninguém o tempo todo pra dizer as coisas a ele de um jeito que ele entenda [...] é isso que eu espero, que ele escute pra poder falar (**Mércia**).

Nessas falas, é clara a ideia de que o pensamento não se desenvolve sem a linguagem, e de que esta é entendida tão somente como a linguagem oral (GOÉS, 1999). Esses depoimentos são a ilustração do pensamento clínico, que atribui ao ouvir e à fala oral a melhor meio de se posicionar no mundo, desvalorizando a língua de sinais na medida em que dá exclusividade à língua oral-auditiva.

Essas falas se constituem, assim, uma reprodução dos padrões de normalidade, mostrando, como diz Omote (1996), que a deficiência é um fenômeno socialmente construído, com características biológicas, psicológicas e sociais complexas. O que Mariana e Mércia falam está, portanto, articulado às representações sociais e às construções culturais em torno das pessoas consideradas deficientes. A decorrência disso não é apenas discursiva, mas prática, porque há uma forte influência no tratamento que a sociedade dirige a essas pessoas, bem como no lugar que é reservado a elas na estrutura social.

O discurso da deficiência que envolve as pessoas Surdas inferioriza-as, haja vista que, como é recheado de reducionismos e discriminações, não aponta as potencialidades próprias do universo Surdo. O que prevalece na marca da deficiência são as possibilidades das pessoas Surdas serem transformadas em ouvintes, a começar pelo tratamento “igualitário” a elas dirigido, como mostra a fala de Melissa:

[...] tento tratar o Silvio como eu trato o meu outro (filho). Procuro fazer tudo do mesmo jeito pra que ele não pense que gosto mais de um que do outro, mas é bem complicado, tudo pra ele é mais difícil [...] na escola, por exemplo, ele às vezes é visto como alguém que não consegue fazer as coisas, na rua também é assim. Em casa é que eu tento fazer com que ele não perceba essa diferença, porque eu, como mãe, entendo que não ouvir dificulta tudo (**Melissa**).

Ao tratar o filho Surdo dessa forma, Melissa está privilegiando a ótica da normalidade, que de acordo com Silva é entendida como:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, 2000, p. 83).

A sociedade é marcada por uma gama de representações e estereótipos que reduzem a pessoa apenas ao que os olhos permitem ver ou ao que as informações clínicas, médicas ou biológicas expressam. Tais representações limitam, desvalorizam e desrespeitam muitos seres humanos, colocando-os socialmente num lugar de inferioridade.

As pessoas surdas sempre foram estigmatizadas, consideradas de menor valor social. Afinal, faltava-lhes a característica eminentemente humana: a linguagem (oral, bem entendido) e suas “virtudes” cognitivas. Sendo destituídos destas virtudes, os surdos eram “humanamente inferiores” (SANTANA, 2007, p. 31).

Ao mesmo tempo em que as pessoas Surdas são percebidas pela maioria das pessoas (ouvintes) como deficientes e são tratadas por meio de comportamentos que revelam pena,

caridade, compaixão dentro das mais diversas instituições destinadas ao seu atendimento, é também nestes espaços que os Surdos têm se organizado e lutado por seus direitos. O encontro dos Surdos, promovido nesses locais, tem contribuído para sua organização em torno de Associações, com vistas a construir embates políticos pela sua real inclusão social.

A dinâmica estabelecida por esses movimentos não é só prática, mas tem exigido também uma ruptura epistemológica. Os Surdos e Surdas e os militantes da causa rechaçam o modelo clínico-terapêutico, que os trata como deficientes, e buscam consolidar os seus direitos, por meio dos argumentos adotados pela concepção sócio-antropológica, trazendo a cultura para o centro da discussão.

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante (SKLIAR, 2005, p. 6).

A compreensão da diferença dá margem a várias outras possibilidades de entender as pessoas Surdas e, o mais importante, de admitir sua existência. Neste sentido, a concepção sócio-antropológica revela expressões identitárias que se distanciam das condições limitantes implicadas na concepção clínico-terapêutica, que ainda precisam ser superadas.

A concepção sócio-antropológica pôde ser percebida em alguns depoimentos das mães (Marlene e Mirtis), quando questionadas sobre como elas percebiam seus filhos e filhas Surdas.

É uma coisa difícil de explicar, dizer assim que ele é igual a todo mundo não tá certo, nem acho que é certo ficar tentando tratar ele como se trata as crianças que escutam. Eu pelo menos não gosto, acho que a gente tem que ver ele como alguém que é diferente, mas não é diferente mais burro, é diferente porque não escuta, porque tudo que ele entende é pelo olhar, né? (Marlene).

Dizer como a Simone é [...] pra mim ela é única, é uma criança que interage com o mundo com as mãos, com o olhar, com o corpo [...] não ouvir eu vejo que é só um detalhe, que é uma questão de aprender pra se comunicar com ela (Mirtis).

As falas de Marlene e Mirtes mais do que mostrar a diferença do filho e da filha, demonstram uma atitude corajosa de admitir uma condição que não tem muito espaço na sociedade. Essa perspectiva da diferença, como algo que não inferioriza as pessoas Surdas, representa uma abertura para novas aprendizagens sobre as formas como as pessoas Surdas lidam como o mundo, por meio de sua língua.

É neste sentido que o modelo sócio-antropológico desfaz o determinismo biológico que coloca os sujeitos Surdos como “anormais”, necessitados de reabilitação. Os Surdos passam a ser vistos em suas inúmeras possibilidades de vivenciar sua condição, através da construção de múltiplas identidades, de acordo com o contexto sócio-cultural e as relações de poder nas quais estão imersos. Esses são fatores essenciais para fundamentar a formação das pessoas Surdas e suas identidades. “A surdez [...] é mais do que um diagnóstico médico; é um fenômeno cultural, em que padrões sociais, emocionais, linguísticos e intelectuais, assim como seus problemas, estão inextricavelmente ligados” (SACKS, 1998, p.76).

Neste caso, ser Surdo implica em constituir-se como um ser único, que constrói sua identidade na relação com outras pessoas Surdas, usuários da língua de sinais, como sua língua natural. Nesse processo interacional, a comunidade Surda adquire a percepção de que não são seres incompletos, mas alguém que faz parte de uma minoria linguística e cultural, com normas, atitudes, valores e uma constituição física distinta. A distinção física aqui é pensada numa perspectiva positiva, desencadeadora de uma forma própria de relacionamento visual com o mundo, com ênfase na língua de sinais.

Buscar entender o que é ser Surdo é trazer à tona o que está no imaginário popular, e dentro desse imaginário popular existem diferenciações significativas na maneira como a pessoa Surda é construída.

[...] antes de eu ter ele eu achava muito estranho as pessoas ficarem mexendo as mãos [...] eu conhecia um surdo que morava perto da casa da minha vó e eu achava ele estranho. As pessoas diziam que ele era doido, tinha medo até de chegar perto dele. Aí eu tive o Sodré e descobri que ele era surdo. Aí a primeira coisa que veio na minha cabeça foi o surdo lá da rua da minha vó. Fiquei com tanto medo de como ia ser as coisas, mas agora eu tô descobrindo que não é esse bicho de sete cabeças que as pessoas fazem [...] é que tem algumas diferenças, como é que eu posso dizer? Ehhh, muda na forma como lida com as coisas, só (**Mônica**).

A fala de Mônica traz uma informação bastante relevante quanto à percepção dos ouvintes com relação aos Surdos, estabelecendo uma divisão entre a concepção clínico-terapêutica e a concepção sócio-antropológica, e quando estas se manifestam na práticas. Sem conhecer o que de fato é ser Surdo, mas somente baseada nos discursos de outras pessoas, Mônica acreditava que o Surdo era alguém incapaz de pensar, causava medo, pois muitos o consideravam louco. A partir do momento em que teve seu filho Surdo, Mônica passou a perceber que existem peculiaridades do universo surdo que devem ser consideradas e respeitadas, para que as pessoas Surdas possam se desenvolver na sociedade.

Quando à vivência direta é estabelecida entre uma pessoa ouvinte e uma pessoa Surda, alguns pré-conceitos são desconstruídos. Percebe-se que ser Surdo não é viver em um mundo sem significação, mas viver o mundo e interagir com as situações cotidianas de uma maneira diferente das pessoas ouvintes, mas não menos completas, complexas ou importantes. Contrariando o modelo clínico, que busca a medicalização, o tratamento, a cura e a normalização do Surdo, o modelo sócio-antropológico reconhece a condição surda como uma experiência visual, como uma forma singular de construir as realidades históricas, políticas e sociais, revelando-se na sua diferença em “ver” o mundo. A perspectiva social reconhece o estar sendo das comunidades, independente dos padrões estabelecidos.

### 3.3 Como as Mães Enxergam a Libras?

Entendemos que a língua de sinais é norteadora para a construção identitária das pessoas Surdas. Neste sentido, buscamos levantar e analisar como as mães entrevistadas compreendiam a língua de sinais. Assim, em momentos diferentes das entrevistas e observações, atentamos para os termos utilizados quando elas se referiam a Libras. Vejamos:

Vejo que ele gosta de usar os gestos (**Mariana**).

Quando ela mexe as mãos (**Marileide**).

Na verdade, é uma mímica, né? (**Mércia**).

A linguagem dos sinais é muito difícil de aprender (**Melissa**).

Eu gosto que ele gesticule (**Monalisa**).

Os termos utilizados pelas mães para se referirem à língua de sinais nos leva a crer que as mesmas não compreendem de forma clara a importância que a língua de sinais tem na vida do Surdo. Entendemos também que provavelmente essas mães não reconhecem o *status* de língua da Libras, não compreendendo, assim, sua funcionalidade e relevância na construção do ser Surdo.



### 3.4 Conceito de Identidade e Diferença da Pessoa Surda nos Estudos Culturais da Educação

Nas discussões dos Estudos Culturais, o conceito de diferença está diretamente ligado ao de identidade, como bem coloca Woodward (2000, p.9): “a identidade é assim, marcada pela diferença”. Há uma relação de interdependência entre ambas.

No foco da discussão proposta nesta seção, buscaremos expor os conceitos fundamentais, capazes de aclarar e dar uma noção concisa sobre identidade e diferença, revelada pelos Estudos Culturais. Além de estas duas categorias se articularem, elas dialogam com as concepções em torno da condição Surda, antes apresentadas.

No campo dos Estudos Culturais, a construção da diferença é simbólica e social. O conceito de identidade parece-nos pertinente, sobretudo a maneira como ela se insere no “círculo da cultura”, bem como se relaciona à diferença, no discurso sobre as representações (WOODWARD, 2000, p. 16). Aqui essa discussão se encaixa nas representações do ‘Ser Surdo’.

Nos Estudos Culturais, há o registro de uma crise de identidade, que se dá devido a fatores oriundos da globalização que gera migração, falta de registros históricos de alguns grupos sociais, mudanças sociais e surgimento de novos movimentos políticos e sociais.

A diferença é marcada em relação à identidade, por meio de sistemas que classificam e fabricam simbologias através de um processo de exclusão. Sendo assim, as diferenças e as identidades são construções históricas, sociais e culturais, interdependentes.

Nas produções sociais, a identidade tem caráter positivo, pois se refere àquilo que se é, ou seja, determina características independentes, sendo assim, referencia-se em si própria, é contida e auto-suficiente. Neste mesmo enfoque, a diferença é caracterizada a partir daquilo que o outro é, e, portanto, também é auto-referenciada (SILVA, 2000, p. 74). A conceituação da identidade e da diferença só faz sentido se entendida numa relação de dependência entre ambas, portanto não podem ser separadas.

Baseadas nisso, buscamos captar o conceito de identidade e diferença contido no pensamento das mães dos Surdos.

[...] sei que o Samir não é igual às outras crianças, nenhuma criança é igual, ninguém é igual, né? Ele vai crescer e sempre será diferente, ihhh... não escutar e não falar sempre vai deixar ele ainda mais diferente dos outros, mas isso não é problema, acho que pra ele não tem problema em se ver como diferente como é pra outros surdos (**Marlene**).

Esse depoimento remete a Silva (2000). Para ele, tanto a identidade quanto a diferença são criações da linguagem e, por isso, possuem características maleáveis e indeterminadas, sendo estas instáveis como a própria linguagem, portanto, polissêmicas.

Tomando como referenciais as considerações teóricas apresentadas e a fala de Marlene, observamos que o processo de construção identitária é variante. Tanto a diferença pode ganhar sentido positivo quanto negativo, sendo estas interpretações simbólicas desenhadas dentro de contextos culturais e sociais distintos. Desse modo, falar de identidade e diferença da pessoa Surda implica num exercício de compreensão sobre qual contexto cultural a mencionada pessoa pertence, e isso não é tarefa fácil.

[...] elas não só são definidas como também impostas, elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

Embora a compreensão de identidade tenda a gerar um processo de fixação que busca estabilizá-la, ela também é um processo de subversão, o que torna cada vez mais complicado entendê-la. Neste sentido, percebemos a necessidade de representação tanto da identidade quanto da diferença, como representações que ganham sentido.

[...] é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade (SILVA, 2000, p.91).

Silva (2000) fala do jogo de poder, no qual a representação de identidade se encontra mergulhada. É nesse jogo de poder que o discurso da surdez ganha sentido e força. O discurso clínico padroniza com medidas audiométricas o que é ser Surdo. Nesse jogo, o que dizem os dados clínicos está acima do que é posto pelos dados socioculturais. Pelo menos *a priori*, como é colocado na fala de Mércia: “[...] ouvir do doutor que ele era surdo foi como se tirasse minhas esperanças dele ser uma pessoa como qualquer outra, e sei que vai ser difícil sempre, pra mim e pra ele” (Mércia).

Segundo Woodward (2000), existem duas perspectivas de identidade, uma de caráter essencialista e outra de caráter não essencialista. A primeira entende a identidade como

homogênea, algo que é partilhado de maneira igual por todas as pessoas que fazem parte de um grupo, sem sofrer alterações de nenhuma ordem. Na segunda perspectiva, a identidade é entendida como processo, portanto, sofre modificações de diversas ordens que marcam as diferenças.

Estas perspectivas (essencialista e não essencialista) remetem à ideologia da simbolização de unidade (essencialista) e da diferenciação e do expurgo do outro (não essencialista), proposta por Thompson (1995). A simbolização de unidade é caracterizada como uma estratégia que “envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidos através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos” (THOMPSON, 1995, p. 86).

O autor entende diferenciação como uma estratégia que enfatiza “as distinções e divisões entre as pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder” (THOMPSON, 1995, p. 87). O expurgo do outro se refere à construção de um inimigo, que pode ser interno ou externo, que é caracterizado como mal ameaçador e perigoso e, portanto, os indivíduos são estimulados a resistir de forma coletiva ou expurgá-lo do grupo.

Segundo Hall (2000), a identidade é concebida como um processo, que tem suas bases alicerçadas na fantasia, no ilusório e necessita sempre “daquilo que lhe falta – mesmo que esse outro que lhe falta seja silenciado e inarticulado” (p. 110). A identidade e a diferença são fundamentadas na ideia de que o outro é tudo aquilo que eu não sou, ou seja, é o que é externo a mim, o outro é aquele que questiona a minha identidade. Para Hall, a identidade é um tema político, porém, para que as discussões em torno dela avancem, é necessário reconhecer a sua dimensão psíquica e discursiva.

[...] percebo que ela faz as coisas da forma dela, entende as coisas muito bem, percebe tudo, quando tô triste, feliz, vê essas coisas melhor do que minha filha mais velha. Ela faz tudo da maneira que ela percebe com o olhar e eu acho isso massa. Como é que uma pessoa que não escuta entende o que a gente fala? [...] isso não é o que todo mundo espera dela, mas ela mostra que é capaz (**Mirtis**).

A fala de Mirtis dá margem ao entendimento de que a identidade de Simone, sua filha, tem sido construída numa perspectiva de quebra de paradigmas, saindo do lugar comum no qual os Surdos são colocados, o de incapaz/anormal. Essa ruptura de concepções caracteriza também uma mudança na forma de agir e lidar com a filha Surda, oportunizando que ela receba os estímulos favoráveis e condizentes às suas reais necessidades. Mais uma

vez, o respeito às peculiaridades e a ênfase nas potencialidades são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas Surdas.

O tratamento das mães com seus filhos Surdos e filhas Surdas está diretamente ligado à maneira como estas entendem a condição surda. Por isso, consideramos importante observar situações que envolviam a relação mães-filhos/as nas visitas às residências de alguns sujeitos da pesquisa e na vivência das situações escolares, a exemplo dos passeios.

As mães que concebem a condição surda como uma patologia tendem a tratar seus filhos e filhas com superproteção, apresentando uma postura de cuidados excessivos, como foi observado nas ações de Monalisa no passeio ao jardim botânico.

Em diversos momentos Monalisa impediu sua filha Sheila de brincar com as outras crianças, alegando que tinha medo que ela se machucasse e não soubesse dizer o que havia acontecido. No momento do lanche, Sheila sentou perto de um colega, também Surdo, e começaram a sinalizar. Quando a mãe percebeu a interação dos dois, de imediato, chamou a filha para ficar perto dela.

Neste mesmo passeio, Melissa, mãe de Silvio, também exemplificou sua postura quanto à concepção clínica. Percebemos que Silvio consegue oralizar um pouco, mas faz uso da língua de sinais em situações escolares. Porém, todas as vezes em que observamos a interação linguística entre Melissa e Silvio, percebemos que ela pedia para que ele falasse, demonstrando insatisfação e, até falando, que era muito feio sinalizar.

Uma de nossas observações mais relevantes foi referente ao dia das mães. Na ocasião, a professora de Silvio havia organizado uma homenagem para as mães, na qual cada aluno expressaria uma frase direcionada a sua mãe. Na vez de Silvio, ele sinalizou a frase “você é a melhor mãe do mundo”, porém, ao concluir a sinalização, a mãe de Silvio pediu para que ele oralizasse o que ele tinha sinalizado. Silvio o fez, só que demonstrando certa vergonha de ter que expor sua voz para todos que estavam presentes.

Frente à situação observada, compreendemos que Melissa não tem aceitado a condição Surda do filho no sentido da diferença, não havendo ainda clareza quanto a importância da língua de sinais para o desenvolvimento das pessoas Surdas. A oralidade ainda tem sido supervalorizada, mesmo quando a voz não é muito compreendida, como no caso de Silvio. Isso aponta para o quanto o discurso médico de cura e não uso dos sinais ainda é forte, mesmo quando a criança Surda passa a fazer parte de espaços sociais nos quais a língua de sinais é utilizada, no caso aqui apresentado, este espaço era a escola.

As mães que externalizaram uma postura mais cultural com relação à condição surda, a exemplo de Marlene, mãe de Samir, e Mirtis, mãe de Simone, agiram de forma mais positiva e flexível quanto ao uso da língua de sinais. Na ocasião do passeio ao jardim botânico, percebemos que essas mães não se incomodaram com o fato de Samir e Simone se comunicarem somente em língua de sinais. As mães pareciam bastante satisfeitas com o fato de as crianças interagirem umas com as outras e estarem convivendo em um espaço no qual os Surdos e os ouvintes desempenham papéis semelhantes, numa relação de equivalência.

Marlene e Mirtis pareciam orgulhosas por perceberem que seu filho e sua filha tinham as mesmas curiosidades que as crianças ouvintes. Observamos também que elas, algumas vezes, perguntavam aos intérpretes presentes o significado de alguns sinais que iam percebendo seus filhos/as fazerem, o que nos leva a entender que as mesmas tinham interesse em apreender os sinais, ou ao menos estavam curiosas quanto ao teor da conversa de seus filhos.

Ressaltamos como aspectos positivos com relação à postura adotada por Mirtis e Marlene que estas mães têm entendido com a vivência no espaço escolar, no qual o filho e a filha fazem uso da língua de sinais, o quanto a Libras é importante, haja vista os avanços observados e expressados por elas durante o processo da pesquisa. Elas viam que não havia nada de errado ou faltando com relação aos aspectos cognitivos ou corporais dos Surdos. Assim, essas mães têm entendido e passado a respeitar a construção identitária das pessoas Surdas.

Santana (2007) aponta que a identidade da pessoa Surda não está necessariamente ligada ao uso ou não da língua de sinais, mas da presença de uma língua que lhes permita constituir-se como “falante”, ou seja, como a linguagem se constitui no contexto das relações sociais. A identidade é vista como resultante de práticas discursivas e sociais nas diversas situações históricas e temporais. O modo como a condição surda é entendida socialmente influencia na constituição das identidades dos sujeitos Surdos.

### **3.5 Dialogando com os Conceitos Identidade e Diferença dos Estudos Culturais e com as Concepções de Deficiência e Diferença da Ótica Clínica**

Veiga-Neto (2011) diz que os Surdos estão entre os variados grupos inventados pela modernidade, por isso são entendidos como um grupo de pessoas que estão em desarmonia com o que é considerado normal, necessitando de ajuste e inclusão. Este pensamento

coaduna-se com o que é posto por Mariana, quando foi questionada sobre o que entendia por ser Surdo:

[...] deve ser muito ruim você não escutar as coisas, não poder falar, eu mesma não queria isso pro meu filho. A gente gosta de falar, de conversar, de escutar uma música [...] mas o surdo não pode nada disso, a vida é mais ruim porque quase tudo não pode (**Mariana**).

A fala de Mariana concorda com a concepção clínica que entende a condição surda em seu aspecto negativo da incompletude biológica e cognitiva dos Surdos e o impedem de experimentar as mesmas atividades e sensações dos ouvintes.

A quebra deste pensamento teve sua origem no campo das lutas civis na década de 1960. Perlin (2003) explica esse momento conhecido como “virada cultural”:

A virada cultural torna-se visível com as transformações, como a pedagogia dos surdos, o atual ensino da língua de sinais, a existência do professor de língua de sinais e do professor surdo, as pesquisas dos surdos, os pesquisadores surdos, o modo de vida das famílias dos surdos, o estilo de vida surda, o aumento de mulheres surdas que residem sozinhas (PERLIN, 2003, p. 78).

A década de 1960 foi um momento de transição, no qual os Surdos começaram a disputar lugar no cenário da significação social, numa tentativa de sair da invisibilidade e construir suas próprias histórias. Lopes (2004) fala da invenção cultural da surdez:

O processo de normalização foi virado do avesso, ou melhor, teve uma virada epistemológica. Fala-se de surdos e se produzem surdos. O referencial de normalidade é dado sob outras orientações modernas que dizem da diferença cultural e do respeito com essa diferença [...] com o fortalecimento do discurso cultural e lingüístico, aqueles discursos foram se reconfigurando (LOPES, 2004, p. 50).

A virada cultural trouxe à tona novas formas de pensar, de ver e de ser Surdo. A partir de então, abriu-se margem para discussões em torno das pessoas Surdas e como estas estão sendo Surdas. Estas discussões ultrapassam as definições patológicas, que entendem as pessoas Surdas como diferentes única e exclusivamente em consequência da falta de audição. O ser Surdo agora ganha sentido de ser diferente, não pela deficiência, mas porque se assume como construído através de identidades singulares, que são fundamentadas através do uso da língua diferente, a língua de sinais.

Para isso, é fundamental o contato dos Surdos com seus pares Surdos. Neste sentido, questionamos as mães se os filhos e filhas participavam de espaços, que não a escola, os quais

outros Surdos frequentassem também, e como era a interação dos filhos nesses espaços. Mônica, mãe de Sodré, respondeu que o filho participava de encontros religiosos oferecidos por uma igreja, na qual existiam muitos Surdos e intérpretes de língua de sinais, além dos encontros semanais com Surdos de todas as idades em um *shopping center* da cidade. Vejamos o que ela fala sobre a vivência nesses espaços:

[...] quando é dia dele ir pra igreja, ele fica mais agitado, mas eu percebo que é um agitado feliz [...] nos dias de ir pra o shopping parece que é sagrado, ele gosta de todos os surdos que tem lá, até tem um monte dele no facebook, e lá eles também se falam. Eu tinha muito medo de deixar ele ir, mas alguns intérpretes que eu conheço me disseram que era muito bom pra ele, até que eu vejo que é mesmo, até já fui algumas vezes com ele [...] é muito bonito ver todo mundo falando com as mãos. Ali os surdos são felizes, eles se identificam, se entendem (**Mônica**).

Analisando a fala de Mônica, percebemos que a identidade Surda começa a abandonar o *status* da deficiência e ganha sentido na diferença. Quando ela fala que os Surdos se identificam, se entendem, ela deixa claro que os modos de vivenciar a condição surda e se relacionar com o mundo, através da língua de sinais, são aspectos importantes.

Quando Mônica define “falando com as mãos”, ela constrói a identidade Surda como aspectos extremamente positivo. A língua de sinais torna os Surdos capazes de se relacionar com os contextos sociais, sem prejuízos e sem serem alvos de comparações com os ouvintes.

Outro aspecto positivo apresentado na fala de Mônica é o fato da identificação que os Surdos possuem com os seus pares. Quando ela fala que “Ali os surdos são felizes, se identificam, se entendem”, ela está se referindo à construção identitária que se dá no reconhecer-se no outro.

O fato de ser Surdo parece consolidar um processo de abandono do campo discursivo das deficiências e dos enunciados biomédicos, passando a ocupar um lugar privilegiado no campo dos estudos da cultura, das ciências sociais, da linguística, da educação e da antropologia. Para além de narrativas clínicas e dos postulados médicos, falar e sinalizar sobre os Surdos e seus processos é adentrar em questões de identidades, expressões culturais, diferenças, lutas por conquistas e efetivações de direitos.

Assim, a identidade passa a ser entendida como: “Processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado” (CASTELLS, 2001, p. 3).

Afirmar a(s) identidade(s) Surda(s) implica uma série de pressupostos políticos, culturais e históricos, que possibilitam novas e possíveis formas de representações e significações das categorias sociais. “A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 13).

O debate da diferença, no contexto das pessoas Surdas, portanto, não poderá dissociar-se do debate sobre a identidade, já que constituem “aspectos intrinsecamente relacionados na análise da experiência da surdez” (SÁ, 2006, p. 124).

Oliveira (2004) problematiza a constituição da diferença, tratando-a por meio de dois discursos determinantes:

1. O discurso clássico (Ser x Não Ser) que dá destaque à *Diferença Ontológica*, na qual o ser é apresentado como uno, completo, contínuo e auto-sustentável; sendo o Não-Ser como o outro negado, a diferença é concebida como uma ameaça à totalidade da identidade, representa um inimigo de ordem inferior;
2. O discurso *Racionalista Moderno* (Eu x O outro) em que a diferença assume uma perspectiva social, política e cultural que tem seus fundamentos no *Ser Racional*, *Ser Livre e Ser Produtivo*.

Negar o ‘Outro’, na perspectiva da modernidade é resultante da centralidade do ‘Eu’, o que gera a exclusão do incapaz, não produtivo e não racional, implicando na ideia, mesmo que implicitamente, de subordinação a um grupo dominante. “O Outro na sociedade moderna está representado, também, pela diferença, pela negação, pela depreciação e pela exclusão, por ser alguém que causa ameaça ou mal-estar ao seu grupo social de pertencimento” (OLIVEIRA, 2004, p. 148).

Levando em consideração tais apontamentos, vemos que as bases de pensamento sobre as pessoas Surdas assumem características no postulado da modernidade. A inferiorização dos Surdos e da sua língua possui direta ligação com a negação estabelecida pela referência epistemológica racional, que estabelece uma superioridade da audição como canal de comunicação responsável pelo processo civilizador, e as línguas das modalidades oral-auditivas como redentoras.

No sentido da diferença, o Surdo é percebido como o ‘Outro’, aquele que foge à normalidade do ‘Eu’, e, portanto, é negado devido a sua “limitação” (biológica e psicológica). Aqui, a perspectiva racional ontológica coloca os Surdos na sua capacidade de saber negada



(Não saber). O Surdo é tratado como o ‘Outro’ que não é ‘Eu’ e, portanto, é inferior, pois o ‘Eu’ é ouvinte.

Dussel apud Oliveira (2004) traz um contraponto a esta compreensão da diferença, recaindo sobre o ‘Outro’, um olhar no qual a diferença é concebida sob o princípio da alteridade, abolindo a perspectiva da negação. Com isto, Dussel apud Oliveira (2004) legitima o ‘Outro’, tratando-o como sujeito autônomo, diferente em sua existência e cultura, o que tem coerência com a concepção sócio-antropológica.

Neste caso, ser o ‘Outro’ assume a característica da diferença, que passa a ser seu referencial identitário, ou assume o caráter da alteridade, baseando-se em temporalidades distintas. Ser o ‘Outro’ Surdo na diferença traz à tona sintomas da exclusão, revelando o sofrimento dessa comunidade descrito em suas histórias, nos modos de ser Surdo. Considerando o princípio da alteridade, Ser o Outro Surdo é colocar em destaque a diferença cultural dessa comunidade, que é marcada pela luta contra concepções que estagnam e limitam os modos de ser Surdo.

Perlin (2003) denomina essa nova forma de reinventar as experiências e vivências no encontro com o Surdo como uma forma de “estar sendo surdo”, evidenciando assim, a condição surda como um sinônimo de diferença, nem melhor, nem pior, apenas diferente. Esse olhar requer o exercício da alteridade.

O estar sendo surdo entre nós é considerado um estar na experiência surda componente ativo que se agencia nas dinâmicas de poder constitutivas do povo surdo. É uma experiência na convivência do ser na diferença, no espaço de uma cultura, de um povo (PERLIN, 2003, p. 91).

A afirmação da (s) identidade (s) Surda (s) não decorre, imediata e inexoravelmente, da condição biológica do não ouvir (a deficiência inscrita no corpo). Entender as pessoas Surdas na perspectiva da concepção sócio-antropológica, e, portanto, da diferença cultural e identitária, é se desfazer do determinismo biológico que configura os Surdos como ‘anormais’. Nessa via, entender a condição surda é significar suas identidades produzidas dentro de contextos históricos imersos em relações de poder estabelecidas em sociedades, tendo como base de suas significações, a criação linguística, que distinguem entre o ‘Eu’ e o ‘Outro’ e entre o ‘Nós’ e o ‘Eles’.

Perlin (2005) postula sobre as identidades Surdas, definindo-as sob o viés das diferenciações peculiares que estas apresentam, reafirmando a não homogeneização ou unicidade do povo Surdo.

A identidade política Surda “trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo” (PERLIN, 2005, p. 63). Sendo uma identidade de resistência, Ser Surdo está em desacordo com as práticas de normalização ouvintistas que buscam totalizar e homogeneizar os Surdos. Ser Surdo, nesta perspectiva, é opor-se a “ser ouvinte”. A expressão maior da identidade Surda firma-se nas experiências visuais, no uso e propagação da língua de sinais, afirmando-a como primeira língua, e na partilha de práticas culturais Surdas.

A identidade híbrida refere-se às pessoas que nasceram ouvintes, mas que, por algum motivo (acidente, doença), tornaram-se Surdas, ou seja, são pessoas que são falantes nativas da língua oral, com experiências sonoras e, portanto, que oscilam entre o uso da oralidade e da língua de sinais, que aqui se configura como segunda língua. “É uma espécie de uso de identidades diferentes em diferentes momentos” (PERLIN, 2005, p. 63).

Com relação à identidade Surda de transição, a autora diz que esta se expressa em Surdos que, após anos de “cativeiro da hegemônica experiência ouvinte” (PERLIN, 2005, p. 64), passam a ter acesso às comunidades Surdas, frequentando e partilhando das práticas simbólicas desses grupos. Com isto, os Surdos passam por uma fase de transição, na qual as representações ouvintistas vão aos poucos sendo desfeitas, dando forma a um novo jeito de representação da identidade.

Perlin (2005) ainda fala da identidade Surda incompleta, que é designada aos Surdos que se distanciam das identidades, culturas e comunidades Surdas, haja vista que estes são “atraídos” pela ideologia ouvinte dominante.

As identidades (Surdas ou ouvintes) possuem características inconstantes, imprevisíveis, dinâmicas, e se opõem a qualquer ideia que busque defini-las como únicas e imutáveis.

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis [...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes (LOURO, 2000, p. 06).

Quando relacionamos as identidades Surdas e todas as implicações ressaltadas por suas diferenças, observamos que algumas delas carregam em si “sintomas” de práticas

ouvintistas, que remetem às tentativas de normalização empregadas no modelo clínico-terapêutico. Por outro lado, notamos também que a mudança epistemológica, conhecida como ‘virada cultural’, trouxe uma série de variações na forma de ‘Ser Surdo’ e, assim, compreendê-lo, dando espaço para uma nova concepção, a sócio-antropológica, que abarca um sentido mais amplo e transitório da identidade e da diferença da condição surda.

### **3.6 Defendendo a Importância da Concepção Sócio-Antropológica de Pessoa Surda**

Como forma de ilustrar a importância da concepção sócio-antropológica, ou seja, a condição surda entendida como cultura, nos permitimos fazer uso de duas obras do sociólogo alemão Norbert Elias. Consideramos que o autor tem muito a contribuir com a justificativa de nosso posicionamento.

#### **3.6.1 A Condição Surda sob a Ótica Eliasiana: Ilustrando a defensiva**

A discussão desta seção está pautada basicamente na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders: as relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, escrita entre os anos de 1987 e 1990, e cuja reedição data do ano de 2000. Nela, Elias analisa as relações empreendidas entre os antigos moradores, “*os estabelecidos*”, e os recém-chegados, “*os outsiders*”, de uma pequena comunidade chamada Wiston Parva, destacando a discriminação dos antigos moradores que segregavam os recém-chegados, por se considerarem superiores. Também faremos uso de conceitos fundamentais desenvolvidos por Elias na obra “A sociedade dos indivíduos”, com edição de 1994.

Antes de iniciarmos qualquer discussão é preciso entender o que vem a ser a sociologia processual, trazida por Norbert Elias. Ela se refere às transformações amplas, contínuas e de longa duração ocorridas dentro das sociedades.

Outro conceito trazido pelo autor e que consideramos importante para a discussão proposta é o que Elias chama de *figuração* ou *configuração*, que é tratado como organizações sociais humanas, nas quais os seres humanos se apropriam de sistemas simbólicos que mediam a sua comunicação entre si e o mundo, num processo que ele chama de socialização e individualização.

Desde os primórdios da civilização, as pessoas Surdas trazem intrincadas em sua história situações que os colocam em desvantagem com relação à sociedade majoritária, que é ouvinte. Os Surdos, por um longo período da história, foram/são considerados indivíduos menores, sem nenhuma inteligência, imbecis, doentes, incapazes, não educáveis e tantos outros termos que os diminuía/em. No imaginário coletivo, os Surdos eram/são pessoas que necessitam/vam de caridade, assistência social, não sendo vistas como sujeitos de direitos e deveres, como cidadãos.

Percebemos esse pensamento de superioridade que relaciona ouvintes e Surdos nas falas das mães:

Sempre ouvi que surdo é doido, na minha família mesmo escutei isso várias vezes. As pessoas pensam que porque o surdo não escuta ele não é inteligente (**Marileide**).

Ser surdo não é muito bom não, eu vejo o quanto eles sofrem pra conseguir qualquer coisa, pra ter uma escola que os aceite, um hospital que entenda o que tão sentindo. E pra trabalhar, aí é que é difícil mesmo! O tempo todo o surdo é desprezado. As pessoas dizem que surdo não tem capacidade de fazer as coisas igual a gente que escuta (**Mariana**).

Se eu levo ela pra algum lugar que não sabem que ela é surda as pessoas tratam normalmente, mas se eu digo que é surda, ave Maria! Parece até que ela tá condenada à morte! As pessoas já começam a me olhar com pena, chamar ela de coitada, a bichinha... é desse jeito! E eu fico chateada, parece até que minha filha é menos importante, não tem pra que ter nascido, que é um peso na minha vida... as pessoas confundem demais as coisas (**Mirtis**).

Quando tratamos um grupo como inferior, logo haverá outro grupo considerado superior, que o é por se privilegiar de alguma condição: social, econômica, intelectual, política, linguística, pelo fato de estar há mais tempo estabelecido – no caso da problemática que envolve os Surdos, estabelecido linguisticamente. Portanto, o que é diferente de alguma/as dessas condições é colocado à margem da sociedade. Elias (2000) aponta que existe uma tendência de estigmatização de um grupo por outro, que é rotulado como inferior.

Mesmo sendo as situações observadas entre os moradores da comunidade de Wiston Parva distintas das relações entre Surdos e ouvintes, consideramos possível construir uma ponte entre ambos os contextos. O que queremos é destacar o pensamento de Elias (2000), quando diz que “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficiência quando está bem instalado em condições de poder da qual o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2000, p.23).

Para melhor aclarar as situações de desigualdade entre Surdos e ouvintes, devemos, historicamente e de forma breve, entender o porquê, ou os porquês de pessoas Surdas terem sido/serem colocadas em situação de inferioridade com relação às ouvintes. A relação de superioridade dos ouvintes sobre os Surdos faz ligação direta com as tentativas de oralização dos Surdos dentro dos espaços escolares. Prova disso é que, na história dessa comunidade ou *figuração*, como denomina Elias (1994), a corrente filosófica oralista, idealizada pelo pedagogo alemão Heinicke, a partir de 1880, no II Congresso Internacional de Milão, passou a ser considerada como o meio mais eficaz de ensinar/civilizar o Surdo.

Os Surdos eram/são compreendidos pela ótica ouvinte que tenta/va moldá-los ao padrão linguístico majoritário que é oral-auditivo, e quando as pessoas Surdas não se “encaixam” a este padrão, elas eram/são excluídas, pois eram/são consideradas linguisticamente inferiores.

Lacerda (1998) destaca que a filosofia oralista deixa/va a maioria dos Surdos fora das possibilidades educativas, de desenvolvimento pessoal, de inclusão social, o que os leva/va a se organizarem em *figurações* minoritárias.

Na obra “*A sociedade dos indivíduos*”, Norbet Elias coloca, como ponto a ser vencido a separação entre indivíduo e sociedade. Ele traz a ideia de indivíduo e/em sociedade. Neste sentido, o autor enfatiza o pensamento de que “toda a sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros” (ELIAS, 1994, p. 67), ou seja, não existe sociedade sem indivíduos, nem indivíduos sem sociedade.

Nas relações entre sociedade e indivíduos, a função psicológica da fala apresenta-se como um elemento de mediação pelo qual as pessoas experimentam processos de humanização, deixando de lado comportamentos considerados, por Elias, como animais e primitivos. Dessa forma, entendemos que a linguagem se apresenta como pré-requisito para se constituir qualquer processo social, sendo importante discutir sobre língua de sinais e língua oral.

Observamos a materialização da língua oral como a única forma de educar a criança na fala de Mércia, desconsiderando a eficácia da língua de sinais:

Educar uma criança surda é muito difícil, ela não entende nada do que a gente fala, se diz pra não fazer escândalo nos lugares parece que faz ao contrário, é difícil até pra ensinar a comer direito [...] se ela escutasse e falasse ia ser mais fácil. Mãe de surdo passa muita vergonha! (**Mércia**).

Quando Mércia coloca que é difícil educar uma criança Surda, ela está se referindo a situação de dominação ouvinte que tenta impor aos Surdos formas homogêneas dos modos de ser. A frustração encontra-se no fato da língua oral não servir para “controlar” os Surdos, desconsiderando as peculiaridades do ser Surdo, e de sua língua. Com a fala de Mércia, não é possível perceber o menor esforço em entender que os Surdos possuem um canal comunicativo peculiar, que não é o oral. É nas frustrações, como a percebida na fala de Mércia, que nascem os conflitos e situações de inferiorização dos Surdos.

Quando Elias aborda a questão da linguagem, ele traz uma importante contribuição, ao colocá-la como elementar para o desenvolvimento social, permitindo traçar parâmetros para uma análise adequada na escolha de um sistema considerado mais proficiente e que possibilite a inclusão dos Surdos no sistema educacional e, por consequência, no social.

[...] o que decide qual língua será gradualmente depositada no aparelho de linguagem do indivíduo é a sociedade em que ele cresce. E os hábitos sociais de fala, o estilo mais ou menos individual de discurso que o indivíduo pode ter quando adulto, são uma diferenciação do interior do meio lingüístico em que ele cresce. É uma função da sua história individual dentro de sua sociedade e da história desta. As características hereditárias certamente exercem alguma influência de tipo semelhante às exercidas pelas peculiaridades de uma pedra bruta (ELIAS, 1994, p.40).

A afirmativa de Elias dá margem para o entendimento de que é necessário estabelecer estratégias para que a cultura dominante, que é a cultura ouvinte, não reforce posições de poder e privilégio. O autor ainda declara que é necessário tentar manter uma posição intercultural, mesmo que esta seja uma posição de risco:

Quando, por exemplo, o poder social de pessoas ou grupos de uma mesma área social é excepcionalmente desigual, quando grupos socialmente fracos e de posição subalterna, sem oportunidades significativas de melhorar sua posição, são pareados com outros que detêm o controle monopolista de oportunidades muito maiores de poder social, os membros dos grupos fracos contam com uma margem excepcionalmente reduzida de decisão individual (ELIAS, 1994, p. 57).

Diante das colocações expostas pelo autor, podemos destacar o *bilinguismo* como uma proposta adequada para inclusão dos Surdos no sistema educacional e, por consequência, no meio social, apontando a pertinência do aprendizado de duas línguas, a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua oral na modalidade escrita como segunda língua (L2). Observamos que o bilinguismo para Surdos precisa ultrapassar a fronteira linguística e incluir

o seu desenvolvimento dentro e fora da escola. Por se tratar de uma perspectiva antropológica, o bilinguismo é apresentado como um caminho reflexivo e analítico na educação de Surdos.

Skliar (2005) destaca que o bilinguismo camufla normas da cultura dominante, na medida em que coloca a diferença linguística e cultural dos Surdos como incômoda. É como se dissesse que o Surdo é um, mas tem que ser dois ao mesmo tempo, sendo esta uma exigência imposta pela *figuração* ouvinte, que nos parece uma estratégia invisível, pois utiliza-se do discurso da igualdade de oportunidades para enraizar e afirmar ainda mais o controle, o poder dominante.

A fala de Mônica mostra claramente esse processo de imposição da cultura ouvinte sobre a cultura Surda, estabelecida numa relação de poder da língua majoritária – oral – sobre a língua minoritária – de sinais.

[...] uma coisa me incomoda muito na escola, eu fico triste porque o surdo é cobrado a todo instante a aprender Português, saber ler, escrever direito, mas os alunos que escutam não têm nenhuma obrigação de aprender a Libras[...]a escola diz que é inclusiva mas não inclui o ouvinte no jeito de ser surdo, isso me deixa muito triste, porque é sempre o surdo que tem que “correr atrás do prejuízo” (Mônica).

Quando fala da cultura Surda como diferença, Skliar (2005) revela que essa se constitui numa atividade criadora de símbolos e práticas que pouco se aproximam da cultura ouvinte, já que é disciplinada por uma forma visual de agir e atuar. Ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Encontramos nos caminhos da história dos Surdos crescentes, embora ocultas, situações de adequação das pessoas Surdas a padrões ouvintes considerados normais.

Lacerda (1998) avalia que o percurso do sistema educacional para o atendimento ao Surdo tem sido construído em meio a encontros e desencontros, o que Elias denomina de momentos sociais de declínios ou ascensões que acontecem tanto no campo individual, quanto no campo social, sem necessariamente delimitar fronteiras entre o individual e o coletivo, e vice-versa, ou seja, a sociedade tanto produz o que é típico, comum, coletivo, quanto o que é particular e individual.

Elias (1994) compreende a auto-imagem e a composição social como elementos oriundos de construções e transformações históricas, pautadas por situações de *regulação* e *auto-regulação* social e individual, o que origina um *habitus social*. Portanto, podemos dizer que a sociologia processual se configura em Elias como um historicismo sociológico, que impetra situações das relações sociais que se transformam historicamente, regidas por leis

próprias, que definem a constituição do *eu* e do *nós*, ou seja, processos sócio-históricos formadores de identidades particulares e coletivas.

Neste sentido, mais uma vez o autor nos ajuda a compreender o quão em desvantagem se encontram os Surdos na sociedade, haja vista que a constituição do *eu* e do *nós* não ocorre de forma natural ou plena, na medida em que os Surdos ou ficam à margem, em exclusão social, ou são lançados ao mundo ouvinte, sendo levados a enquadrar-se nele.

Norbert Elias faz um destaque importante quanto à relação do processo de individualização na modernidade, colocando este período histórico como o que mais tem valorizado o caráter individual do ser humano. Com a urbanização cada vez mais frequente, os pequenos grupos, ou figurações, vão perdendo espaço no processo de controle social, transferindo essa função para o Estado. É nesse caminho de transferência do controle social que a comunidade Surda sai do ciclo da invisibilidade e passa a ganhar *status* de direitos, passa a construir sua própria cultura e sua/s identidade/s.

A UNESCO, por meio da Conferência Mundial de Educação Especial realizada em Salamanca-Espanha, em 1994, declara que a sociedade deve adaptar-se para receber em igualdade de condições todo cidadão. Reportando esta declaração aos Surdos, entendemos que a educação e a sociedade devem modificar suas atitudes para que a inclusão de fato aconteça. Podemos observar esta orientação destacada no artigo 19 da Declaração de Salamanca, a qual declara que: “[...] a Educação Especial deveria ser inscrita ela também em um movimento transformador e oportuno, da educação como um todo, transformada por dentro. Não seria assimilada pela educação comum, nem reduzida a um depósito de vidas improdutivas” [...] (UNESCO, 1994, s/p).

Pensar a condição surda sob a ótica processual eliasiana é pensar em situações históricas e sociais que colocam as pessoas Surdas em situações cotidianas de exclusão, pautadas principalmente na diferença linguística entre Surdos e ouvintes. Notamos, mesmo que veladamente, que ainda existem resquícios de preconceito e resistência quanto ao uso da língua natural da pessoa Surda, a língua de sinais, face a língua padrão majoritária, a dos *estabelecidos*, por ser ela que media as interações de maior parte da sociedade, deixando assim os Surdos na situação de *outsiders*, como elucida Elias.

Analisar o processo de inclusão social e educacional dos Surdos no norte processual eliasiano possibilita uma interpretação diferenciada, mas não frágil, da historicidade (ou parte dela, como o feito aqui) dos Surdos e suas implicações na sociedade.



A relação entre os habitantes da cidade de Wiston Parva e a situação dos Surdos em sociedades ouvintes é totalmente cabível, na medida em que apresenta condições de coerção e discriminação de uma *figuração* sobre a outra. Esta se apresenta como um jogo simbólico, no qual a língua majoritária é o elemento que personifica quem tem mais poder no jogo.

Buscamos assim mostrar a importância do estabelecimento de um convívio de igualdade. O reconhecimento dos Surdos e de sua comunidade, na sua diferença linguística, cultural e identitária permite o reconhecimento do outro como ele de fato é, e não como queremos que ele seja. Esse é o caminho para tornar o processo de civilização dos indivíduos menos desigual.

### 3.6.2 Um posicionamento nada parcial

A “reconfiguração” do discurso da deficiência em discurso da diferença, tensionando o padrão de identidade normal ouvinte e o modelo de identidade ideal Surda, deu base para, nesta seção, destacar os aspectos que imprimem superioridade à concepção sócio-antropológica da condição surda.

A concepção clínico-terapêutica, como já evidenciamos, tem como ideia central a condição surda como deficiência. Esta concepção constrói a identidade Surda unicamente com base em dois pólos: o dos ouvintes e o dos Surdos. Santana (2007) afirma que pensar a condição surda sob este norte implica dizer que: “Ela é construída sempre em relação a um determinado grupo ao qual pertence, diferenciando-se de outro, com o qual se estabelece uma relação de caráter negativo, de oposição” (SANTANA, 2007, p. 43).

Nos caminhos das histórias de vida de Surdos, percebemos que estes - quase sempre e ainda com pouquíssimas ressalvas – estão em condições de subordinação ao contexto ouvinte. Nessa lógica que afirma a todo o momento que as pessoas Surdas precisam ser biologicamente corrigidas para assim poderem “fazer parte do grupo”, a família, a escola e a sociedade traçam representações sobre os Surdos que são pouco questionadas.

Essa situação começa ao se descobrir que um membro da família é Surdo, implicando no surgimento de uma série de questionamentos e frustração. Inicialmente a descoberta da condição surda “está ligada à tragédia e a culpa” (SANTANA, 2007, p. 26). As famílias tendem a compensar o sentimento de decepção com atitudes de pena, superproteção e até mesmo com atitudes de isolamento, pois cuidar de um Surdo é, no imaginário social, cuidar de um ser “monstruoso” (SANTANA, 2007 p.26), o que se configura como uma

cobrança social que dita os aspectos da normalidade, gerando grandes inverdades em torno do nascimento de uma criança Surda.

Entendemos que a lógica da concepção clínico-terapêutica nega a possibilidade da existência de uma integridade Surda, haja vista que os Surdos só “passam a existir” quando oralizam. Percebemos que a falta de contato com outros Surdos e, conseqüentemente, com a língua de sinais torna os Surdos seres invisibilizados. A fala oral se sobrepõe como padrão, constituindo-se elemento primordial das interações humanas e negando a eficiência e, até mesmo, a existência de qualquer outra língua.

[...] a pessoa surda foi ao longo do tempo patologizada, obrigada aos mais diferentes tratamentos terapêuticos, visando a sua normalização, ou seja, a possibilidade de ser transformada em um ser ouvinte, estável e imutável. Terapias de fala, treinamentos de resíduos auditivos, técnicas de leitura labial e, mais recentemente, implantes cocleares são iniciativas mais comuns para trazer a pessoa surda à normalidade (DOZIART, 2009, p. 22).

Consideramos que as tentativas de normalização das pessoas Surdas descaracterizam suas formas de ser e estar no convívio social. Esse processo de descaracterização e busca da padronização pôde ser observado nas falas de algumas mães, bem como em suas posturas quanto à maneira de lidar cotidianamente com seus filhos Surdos e filhas Surdas. Apreciemos algumas de suas falas:

[...] quando ele não tá na escola ele tá dentro de casa. Eu prefiro assim. Meu medo é de que ele não saiba se virar sozinho. É diferente do meu outro filho, o que escuta (**Mariana**, entrevista concedida em 2015).

[...] eu tenho tentado de tudo, levo pro médico, vou na fono, converso com mãe de surdos que fizeram o implante. Isso tudo pra realizar o sonho de colocar o implante, porque é o implante que vai dar a oportunidade dele viver melhor (**Marileide**).

[...] menina, o problema é que surdo parece que não entende as coisas direito, é diferente de quem escuta que funciona tudo normalzinho (**Melissa**).

Esses depoimentos desconsideram que é no convívio com os Surdos e sua comunidade – grupo de cultura subalterna – que uma estrutura e organização dos modos de ‘Ser Surdo’ se organizam, contradizendo a ótica da normatização. Nestes espaços, nos quais a língua de sinais é o veículo principal nas relações, o processo de vivência e troca de experiências e saberes acontece sem prejuízos, emergindo todas as implicações apontadas

pela concepção sócio-antropológica, principalmente no que tange à construção cultural e identitária.

Quando os Surdos são inseridos em ambientes, nos quais a língua de sinais é utilizada com frequência e fluência, o estigma da anormalidade dá espaço ao conceito da diferença como é bem definido por algumas mães:

Antes da escola era tudo mais difícil, era muito choro, muito estresse, as vezes eu até batia nele, porque ele ficava tentando dizer as coisas e acabava gritando muito, aí me faltava a paciência [...] agora que ele tá na escola, também tá indo pra FUNAD, eu também tô tendo um acompanhamento com a psicóloga de lá, tudo tá melhor. Eu digo que melhorou cem por cento [...] eu sei que a língua dele é a Libras, é uma questão de perceber que tudo pode ser entendido através da Libras [...] **(Marlene)**.

[...] o primeiro contato meu e dela com a Libras foi na escola. Eu não botava muita fé não, achava que não ia adiantar ela aprender. Com o passar do tempo, aí fui vendo que as coisas estavam melhorando, ela realmente tava aprendendo [...] e, quando eu vi pela primeira vez ela conversando com uma coleguinha que escuta, elas tavam usando a Libras, foi uma emoção, viu? Acho que foi aí que eu comecei a me interessar em aprender. Se a menina consegue, eu também consigo. Eu tô indo, sabe? Devagar mas tô aprendendo **(Mirtis)**.

[...] a escola tem um papel muito importante pra mim, pois foi através dela que comecei a entender a Libras como uma língua de verdade, como a melhor forma do Sodrê se comunicar. Foi aqui também que eu me familiarizei com os surdos e hoje eu acho super normal ser surdo. Gosto de conversar com eles, é diferente do sentimento que eu tinha pelo surdo lá da rua da minha vó **(Mônica)**.

Pensar sobre os Surdos baseado no modelo sócio-antropológico é pensar na sua diferença cultural, sem intenções de juízos de valores, nem tão pouco alicerçado sobre qualquer outro modelo cultural. A pessoa Surda ganha um espaço que é só seu e que se compreende através dele mesmo, permitindo a construção de uma identidade que se distancia do conceito da deficiência, pois se dá no encontro com o outro que é semelhante.

Dorziat (2009) diz que “A família precisa entender que, para que o Surdo se sinta mais gente, sua auto-estima se eleve, liberte-se da culpa ou do castigo por ser Surdo, ele necessita perceber alguns indícios de aceitação no seu ambiente familiar e de esforço no sentido de estabelecer regras” (p. 31). Percebemos aqui que o convívio familiar que oportuniza situações de interações positivas e eficazes entre Surdos e ouvintes se configura como aspecto de fundamental importância na construção de uma identidade Surda, na qual a deficiência não é enfatizada. “Agora que eu tô aprendendo, já sei um monte de sinais. Eu

tenho tentado usar só a Libras, e ele fica todo satisfeito. Quando percebe que eu não sei o sinal, ele tenta me ensinar e isso é bom pra nós dois, nos aproxima ainda mais” (Mônica).

De acordo com Perlin (2005), a comunidade Surda existe e resiste dentro do modelo sócio-antropológico, por evidenciar sua cultura, história, língua, arte, entre outros aspectos fundamentais. Porém, não significa dizer que viver em comunidade Surda é isolar-se de qualquer contato com a comunidade ouvinte. O Surdo que vive em comunidade compartilha elementos comuns aos ouvintes, a exemplo da nacionalidade, governo, religião, etnia, raça.

Neste sentido, consideramos a concepção sócio-antropológica da Condição Surda como a mais adequada, haja vista que ela revela preocupação em entender os Surdos dentro de suas especificidades, sem compará-los, inferiorizá-los, normalizá-los. Isso implica uma mudança quanto ao que hoje a sociedade – em grande parte – entende por ser Surdo.

Quando a cultura, a língua, a história e a arte Surdas são valorizadas e consideradas de fato legítimas, e, acima de tudo, quando são vivenciadas, a tendência é que o grupo ouvinte, que é dominante, ressignifique seus pressupostos, promovendo cada vez mais situações de inclusão.

Nas relações observadas entre as mães e seus filhos/as Surdos/as, a convivência se torna menos conflitante entre aquelas que compreendem a condição surda no seu sentido cultural, pois o parâmetro para definir os Surdos não se encontra focalizado na marca física/biológica, mas nas potencialidades que são desenvolvidas através do uso da Língua de Sinais.

Frente a esta realidade, nos questionamos: a concepção sócio-antropológica da condição surda apresenta caminhos que favorecem a inclusão? Quais são eles?

Primeiramente, deixemos claro que não intencionamos colocar a concepção sócio-antropológica como “chave da porta que leva ao paraíso”. Existem outras problemáticas a serem questionadas, mas parece-nos relevante considerá-la como uma perspectiva importante para compreendermos as pessoas Surdas e sua cultura fora dos estigmas padronizantes e comparativos do universo ouvinte. Na medida em que o modelo sócio-antropológico considera os Surdos dentro da sua diferença (cultural, linguística, histórica, identitária, etc.), afirmando um compromisso com a forma de os Surdos existirem.

Entendemos que a concepção sócio-antropológica não busca dicotomizar o que é considerado correto “normal” ou incorreto “anormal”. Esta concepção visa aproximar as culturas e considerá-las como cada uma é. Eis então uma tentativa de promover a inclusão,

sem desconsiderar o que é particular em cada pessoa, em cada grupo social, com uma proposta de valorização das identidades.

Pensar as concepções em torno da condição surda sob a ótica da diferença não é uma tarefa fácil. Requer conhecimento da história, da cultura, da língua dos Surdos, mas ao mesmo tempo se configura como uma discussão relevante para começarmos a vislumbrar novas formas de pensar as pessoas Surdas e, acima disso, de nos relacionarmos com elas.

Resistir ao que tem sido imposto desde que se tem conhecimento da história dos Surdos – resistir às tentativas de normalização – é caminhar ao encontro da diferença da pessoa Surda e da sua identidade cultural. Os Surdos não necessitam de correções médicas, mas que tomemos conhecimento de quem eles são, de como vivem e como se constituem Surdos.

Tendemos a homogeneizar, não estamos preocupados com o coletivo. Encerro – por agora – com o pensamento de Dorziat (1999), quando diz que nós, ouvintes, precisamos nos desvencilhar da busca constante por estereótipos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES LONGE DE SEREM FINAIS**

Sem pretensões de finalizar a discussão aqui exposta, chegamos ao momento final de nosso trabalho, considerando o quão instigante e desafiador é para as famílias receber ou perceber que seus filhos/filhas são Surdos/as, e que o modo como elas concebem essa nova realidade influencia e/ou influenciará na constituição identitária dos sujeitos em questão.

Para tanto, apresentamos neste trabalho o ser Surdo sob a concepção clínico-terapêutica, a condição sócio-antropológica, e, por fim, a concepção linguístico-cultural, nos detendo com maior empenho nas duas primeiras.

Vimos quão fortes foram/são algumas práticas associadas à concepção clínico-terapêutica. Elas se utilizam da oralização, do uso do aparelho auditivo ou do implante coclear, visando igualar as pessoas Surdas aos padrões ouvintes, por serem os mais aceitos em toda a sociedade.

Porém, percebemos ao situar o sujeito Surdo ao longo de sua história de lutas e conquistas, que esse paradigma clínico vem, aos poucos, sendo desconstruído. Tem contribuído para isso o surgimento da concepção sócio-antropológica, que influenciou essa área de estudos e cujo grande avanço consiste em não mais enxergar os Surdos pelos aspectos que os inferiorizavam e que os reduziam a uma patologia ou deficiência. Pelo contrário, os/as Surdos/as, percebidos nesta concepção pelo paradigma da diferença, são considerados nas suas muitas características que os tornam indivíduos, sujeitos.

Outra conquista desta concepção é a de que os Surdos deixam de ser vistos como inferiores, passando a se perceberem a partir de um olhar de equidade e de alteridade.

Nesta perspectiva, diferenciamos as categorias temáticas as quais surgiram à medida em que mergulhávamos na empiria de nossa pesquisa. A partir das falas das mães surgiram a ideia de deficiência e diferença, as quais apresentaram-se como categorias opostas. A primeira estaria imbricada num discurso que revela um forte jogo de poder, tomando os argumentos clínicos como padrão. Já a segunda categoria aponta para o reconhecimento dos indivíduos Surdos, enquanto possuidores de uma cultura e uma língua, conferindo-lhes a característica de pertencimento a uma cultura, a Cultura Surda.

Nesta perspectiva, é sob o viés da diferença que compreendemos a importância do bilinguismo. Esta abordagem é preponderante para se respeitar a língua materna dos/as

Surdos/as em detrimento das demais línguas faladas pela sociedade na qual estes encontram-se situados.

Embora algumas mães tenham apontado para a surdez como sendo algo que remete a seus filhos/as uma condição de inferioridade, não compreendendo a Libras, enquanto língua; não obstante, observamos também que outras mães já começam a representar seus filhos e suas filhas como pessoas que possuem outras habilidades.

A forma como essas últimas mães significavam a pessoa Surda, na sua diferença, percebendo que o não ouvir em pouco ou nada afeta seu desenvolvimento físico e cognitivo, demonstrou que nossa pesquisa aponta para a ruptura na concepção clínico-terapêutica, que foi dominante por tanto tempo da história.

Vimos também que as implicações da virada cultural alcançaram também a Cultura Surda, à medida que propõe a quebra de alguns paradigmas primordiais. Entre eles, a concepção baseada na incapacidade e na limitação conferida às pessoas Surdas, sendo, portanto, a virada cultural fundamental no campo das lutas dos sujeitos Surdos por novos espaços e direitos sociais, como seres detentores e produtores de sua própria cultura.

Ressaltamos também as variadas possibilidades de identidade que constituem os indivíduos Surdos, sendo elas a identidade política, a híbrida, a de transição e a incompleta.

Desse modo, analisamos as concepções sobre a condição Surda, entendida pelas mães em paralelo às apresentadas nos referenciais bibliográficos, observando a relação destas com o processo de aprendizagem da Libras para a comunicação familiar.

Após mergulhar no nosso objeto de pesquisa, nos debruçando nas falas das mães, atentas ao que já foi escrito sobre esta temática, vimos que as mães, cujas concepções de condição Surda estavam atreladas à concepção sócio-antropológica, demonstravam maior interesse pelo aprendizado da língua de sinais e, por consequência, uma melhor comunicação familiar. O alcance disso era o empoderamento de seus filhos, que faziam uso de sua língua em outros espaços sociais, a saber: a escola, espaços religiosos e, a exemplo das falas das mães, encontros em *shoppings centers*.

Notamos também que algumas mães ainda estão atreladas à concepção clínico-terapêutica, apresentando uma constante necessidade de superproteger seus/suas filhos/a.

A maior parte das mães demonstrou estar caminhando para a concepção sócio-antropológica, em virtude dos favorecimentos nas interações dos seus filhos e filhas com os demais, quebrando assim diversos pré-conceitos e tabus construídos e/ou passados às mães, quando, num primeiro momento, recebiam o diagnóstico clínico de seus filhos.

Não obstante, encerramos por hora o exercício que nos propomos ao longo desta dissertação, reconhecendo nosso amadurecimento, enquanto pesquisadora e pessoa, produto do ouvir, estar e conviver com as mães; e das leituras realizadas, que nos faziam melhor compreender a realidade que se punha diante de nossos olhos e a partir da qual foram suscitadas tantas inquietações. Acreditamos com isto ter contribuído para que novas pesquisas sejam realizadas no âmbito da cultura Surda, focalizando a figuração formada entre mães e filhos/as, e as questões de identidade, diferença e alteridade.

Apontamos aqui para um exercício infindo e para o qual desejamos voltar em breve, posto que há ainda novas outras inquietações a serem investigadas e para as quais traçaremos novos projetos. Entre eles vislumbramos problematizar o porquê da predominância materna no enfrentamento e no processo de inclusão de seus filhos, onde e por que estariam os pais afastados destes indivíduos e, por fim, como a ausência destes pode trazer implicações na construção identitária dos indivíduos Surdos.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria A. **A criança deficiente e a aceitação da família**. Rio de Janeiro: Nova Era, 1993.

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia na prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.

ANGROSINO; Michael; FLICK, Uwe (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, de 26.8.2009. Brasília: Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1967. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) >. Acesso em: 17 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Imprensa Nacional BRASÍLIA - DF. 147(1):1. Disponível em: < [http://www.sbfra.org.br/boletins/leiaotoacustica\\_20100803.pdf](http://www.sbfra.org.br/boletins/leiaotoacustica_20100803.pdf)>. Acesso em: 15 dez. de 2015.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CALDEIRA, Anna Maria S. A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 5-12, nov. 1995.

CANCLINI, Nestor G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Josefina M. **O ideal de completude narcísica e o adolescente surdo: um estudo clínico**. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. **Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 3-15.

CASTRO, Romy G. **Libras**: uma ponte para comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999.

COLLIN, Peter H. **Dictionary of Ecology and environment**. London. Fourth edition, 2001.

DAVIS, Lennard. **Enforcing normality**: Disability, deafness, and the body. New York: Verso, 1995.

DENZIN, Norman K, LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens; tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DIAS, Tércia R. S.; ROCHA, Juliana C. M.; PEDROSO, Cristina C. A.; CAPORALI, Sueli A. **Educação bilíngüe de surdos**: grupos de familiares. 2005. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/educacao\\_bilingue.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/educacao_bilingue.asp)>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DORZIAT, Ana. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 27-40.

\_\_\_\_\_. **O outro da educação**: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

\_\_\_\_\_. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Eulália. Língua de Sinais, Educação de Surdos, L1 e L2. In: **Boletim informativo do XI Encontro Nacional da ANPOLL**, João Pessoa, 1996.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GÓES, Maria Cecília. R. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed.. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GOMES, Heloísa S. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. **Rev. Bras. Cres. Des. Hum.** São Paulo, v. 4, n. 5, p. 34-35, 1994.

GONZÁLEZ REY, Fernando. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetiva e Subjetividade: Os processos de construção da informação.** Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUARINELLO, Ana C. A influência da família no contexto dos filhos surdos. **J. Bras. Fonoaudiol.** Curitiba, v. 3, p. 28-33, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectavados estudos culturais.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMMERSLEY, Martin; ATKINSON, John P. **Etnografia: Métodos de investigación.** Barcelona: Paidós, 1994.

KARNOPP, Lodenir, B. Língua de Sinais na educação dos surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. P. 103-113.

LADD, Paddy. Deafhood: A concept stressing possibilities, not déficits. **Scandinavian Journal of Public Health.** [S.I.], n 33, p. 12-17, 2005.

LACERDA, Cristina B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, vol. 19, nº. 46, p.68-80, Campinas, 1998.

LANE, Harlan. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos In: LACERDA, Cristina, B.F. **Educação & Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)**, n. 46. Campinas, 1998.

LOPES, Maura C. A natureza educável do surdo: a normalidade surda no espaço da escola de surdos. In: LOPES, Maura Corcini; THOMA, Adriana da Silva (Orgs.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2004. p. 33-55.

\_\_\_\_\_. **Surdez e Educação.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica Editora, 2011.

LORA, Aloar, B. **A família orientada como condição básica para o desenvolvimento da criança portadora de deficiência auditiva.** 1984. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000. p. 6-46.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUNARDI, Márcia, L. Medicalização, reabilitação, normalização: uma política de educação especial (GT15). In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 25, 2002, Caxambú. Anais... Caxambú: ANPED, 2002. Disponível em: Acesso em: 27 dez. 2013.

LUTERMAN, David M. **Counseling parents of hearing impaired children**. Boston: Little Brown, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S; DESLANDES, Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMEZ, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. p. 21-40.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOTTA, Maria G. Corso. BECKER, Helena Issi, SILVA, Adriana Ferreira. Família como unidade de desenvolvimento humano e saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, p. 24-27, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Raquel Gusmão, SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral, NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont, MARCON, Sonia Silva. A experiência de famílias no convívio com a criança surda. **Rev. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 183-191, 2004.

OMOTE, Sadão. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Maringá, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1996.

PERLIN, Gladis. **Ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.

PETEAN, Eucia B. L. **Avaliação qualitativa dos aspectos psicológicos do aconselhamento genético através do estudo prospectivo do atendimento das famílias**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SÁ, Nídia, R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMPAIO, Maria, J. A. **A construção de textos na escrita de surdos: estratégias do sujeito na transição entre sistemas lingüísticos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações e neurolingüísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Tomaz, T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

\_\_\_\_\_. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SOARES, Maria Aparecida, L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

STROBEL, Karin, L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. In: Dossiê Grupo de Estudos e Subjetividades. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, p. 245-254, jun. 2006.

TAVARES, Juarez. A resiliência na sociedade emergente. In: TAVARES, Juarez. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 43-76.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UNESCO - **Organizações das Nações Unidas**. A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para Excluir. In: LARROSA, Javier; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: a política e a poética da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 105-118.

WIDMAN, Maria A. P. et al. Família e necessidades... Revendo estudos. **Rev. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 26, p. 147-257, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T.da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**



Prezado(a) Senhor(a):

A pesquisa, intitulada **“MÃES DE SURDOS: Concepções de surdez e suas implicações para aquisição/aprendizagem da língua de sinais”** trata do desenvolvimento de dados que auxiliem no entendimento de como mães de crianças surdas – matriculadas em uma escola pólo de inclusão do município de João Pessoa - concebem a surdez de seus filhos e filhas e como essas concepções interferem no empenho da aquisição/aprendizado da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Será desenvolvida por Joani de Mélo Muniz, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª. Drª. Ana Dorziat Barbosa de Mélo.

O objetivo do presente estudo é Analisar as concepções de surdez das mães e sua relação com o processo de aquisição/aprendizagem da língua de sinais entre mães ouvintes e filhos surdos.

Esperamos, com isso, contribuir para a produção de conhecimentos na área, por meio de momentos discursivos e reflexivos sobre as concepções de surdez, a comunicação familiar e o aprendizado da Libras, no que diz respeito, sobretudo, a situações familiares entre adultos ouvintes e crianças surdas com acesso ao aprendizado da Libras, através da escola regular. Com isso, esperamos subsidiar leituras apropriadas para o desenvolvimento de uma educação familiar adequada às necessidades das filhas e filhos surdos.

Para tanto, solicitamos a sua colaboração como participante direto do projeto, como alvo de observações e entrevistas, como também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica, mantendo em sigilo seu nome e o dos demais sujeitos envolvidos, e que esta pesquisa não oferece riscos para sua saúde física e mental, muito embora possa, como todo projeto que envolve seres humanos, ocasionar algum desconforto não previsível.

Esclarecemos ainda que sua participação, como sujeito nesta investigação, é voluntária, estando, portanto, desobrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano pessoal e/ou profissional.

A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, em caso de concordância com o exposto, solicitamos que assine o presente termo, como forma de declarar que: <sup>1</sup>foi devidamente esclarecido, <sup>2</sup>consente participar da pesquisa, <sup>3</sup>autoriza a publicação da mesma e <sup>4</sup>está ciente que receberá uma cópia deste documento.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Testemunha

João Pessoa  
2015

\_\_\_\_\_  
Espaço para  
impressão  
dactiloscópica (em  
caso de pessoa  
analfabeta)

**Contatos:**Joani de Mélo Muniz/Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação/Telefone: (83) 8814-0838 /e-mail: [joanidemelo@gmail.com](mailto:joanidemelo@gmail.com)

## Apêndice B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### I – Dados Sócio-Demográficos

#### II – DADOS DOS PAIS

Mãe surda	Pai surdo	Mãe ouvinte	Pai ouvinte

1 – Idade: \_\_\_\_\_

2 – Naturalidade: \_\_\_\_\_

3 – Bairro: \_\_\_\_\_

4 – Sexo: ( ) F ( ) M

5 – Religião: \_\_\_\_\_

6 – Escolaridade:

Grau de Instrução	Concluído	Incompleto	Cursando
Sem escolarização			
Fundamental I			
Fundamental II			
Médio			
Profissionalizante			
Superior			
Especialização			
Mestrado			
Doutorado			
Pós-Doutorado			

7 – Estado civil:

Solteira	
Casada	
Separada/Divorciada	
Viúva	
União estável	
Amasiada	

8 – Número de filhos: \_\_\_\_\_

9 – Quantas pessoas surdas em casa: \_\_\_\_\_



10 – Quantas pessoas surdas na família: \_\_\_\_\_

11 – Renda familiar:

Um salário mínimo	
Dois salários mínimos	
Três salários mínimos	
Mais de quatro salários mínimos	

## I.II – DADOS DA CRIANÇA SURDA

1 – Idade: \_\_\_\_\_

2 – Naturalidade: \_\_\_\_\_

3 – Sexo: ( ) F ( ) M

## II – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Conte sobre a descoberta da surdez de seu\seu filho\sa.
2. Como é o cotidiano de seu\seu filho\sa em casa?
3. Como é sua comunicação com seu\seu filho\sa? E dele\sa com os demais membros da família?
4. Seu\seu filho\sa surdo é fluente em Libras? Há mais algum membro da família que saiba libras?
5. Algo mudou na forma de seu\seu filho\sa se comunicar depois que ele/a passou a frequentar a escola?
6. Como é a rotina quando ele/a não está na escola?
7. Ela/e faz algum tipo de atividade extra escolar? Qual?
8. Como descreveria seu\seu filho\sa?
9. Qual a escola que seu\seu filho\sa frequenta? qual sua opinião sobre ela?
10. (informação que a entrevistada gostaria de fornecer e que não foi perguntado)

## **ANEXOS**

## Anexo A - CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

### CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 8ª Reunião realizada no dia 24/09/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“MÃES DE SURDOS: CONCEPÇÕES DE SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AQUISIÇÃO/APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DE SINAIS”**, da pesquisadora Joani de Mélo Muniz. Prot.: 0529/15. CAAE: 49401715.8.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

  
Andrea Márcia da C. Lima  
Mat. SIAPE 1117510  
Secretária do CEP-CCS-UFPB

## Anexo B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Prof. ~~XXXXXXXXXXXX~~

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **MÃES DE SURDOS: Concepções de surdez e suas implicações para aquisição/aprendizagem da língua de sinais**, na Escola Municipal de Ensino Fundamental ~~XXXXXXXXXXXX~~ – EMIP, na cidade de João Pessoa - PB, pela pesquisadora, *aluna de pós-graduação, a nível de Mestrado, Joani de Mélo Muniz*, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. *Dra. Ana Dorziat Barbosa de Mélo*, com o seguinte objetivo: Analisar as concepções de surdez das mães e sua relação com o processo de aquisição/aprendizagem da língua de sinais entre mães ouvintes e filhos surdos.

Esta pesquisa ainda tem como foco, a relação entre mãe ouvinte e filhos surdo e o desenvolvimento da aquisição/aprendizagem da língua de sinais, relacionados aos temas acima apresentados. Dessa maneira, solicitamos a autorização para fazer uso deste espaço físico institucional, afim de estabelecer contato e posteriormente realizar entrevistas e observações direcionadas as mães sujeitas desta pesquisa.

Ressaltamos que em eventuais publicações desta pesquisa o nome da instituição, bem como os demais dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DA  
EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTES

João Pessoa, 20 de 04 de 2015.

*Prof. Dra. Ana Dorziat Barbosa de Mélo*  
**Orientadora Responsável da Pesquisa**

*Joani de Mélo Muniz*  
**Pesquisador Responsável da Pesquisa**

( ) Concordamos com a solicitação

( ) Não concordamos com a solicitação

*M. B. Bezerra*  
**Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental ~~XXXXXXXXXXXX~~ - EMIP**

**DIRETORA ADJUNTA  
MAT. ~~XXXXXXXXXXXX~~**

## Anexo C- DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO


**PPGE**



### DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que **JOANI DE MÉLO MUNIZ** aluna do Mestrado em Educação, defendeu a dissertação intitulada: **"MÃES DE SURDOS: CONCEPÇÕES EM TORNO DO SER SURDO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AQUISIÇÃO/APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DE SINAIS"**, no dia 29 de fevereiro de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFPB, tendo sido APROVADA.

João Pessoa, 29 de fevereiro de 2016



Aline Mª Batista Machado  
Vice-Coordenadora PPGE  
Mat. SIAPE 2413160

Universidade Federal da Paraíba – Campus I  
Centro de Educação – Bloco III  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE  
Cidade Universitária – João Pessoa – PB - Brasil  
CEP: 58051-900 - Telefones: (83) 3216-7702 e (83) 3216 7140 (fax)  
<http://www.ce.ufpb.br/ppge> - E-mail: [ppge@ce.ufpb.br](mailto:ppge@ce.ufpb.br)